EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE

2020-2021

Em ficheiros anexos são disponibilizados os dados estatísticos e os valores subjacentes aos gráficos.

BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Lisboa, 2021 • www.bportugal.pt

Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste | Outubro 2021 • **Banco de Portugal** Rua do Comércio, 148 | 1100-150 Lisboa • www.bportugal.pt • **Edição** Departamento de Relações Internacionais • **Design** Departamento de Comunicação e Museu | Unidade de Design • **Tiragem** 50 exemplares • **ISSN (impresso)** 1646-2807 • **ISSN (*online*)** 2182-3189 • **Depósito Legal n.º** 235642/05

Índice

Editorial | 5

I Enquadramento internacional | 7

1 Desenvolvimentos recentes e perspetivas | 9

Caixa 1 • O apoio do FMI aos países de baixo rendimento no contexto da resposta à crise pandémica e da promoção da recuperação | 12

Caixa 2 • Alterações climáticas: considerações gerais e bancos centrais | 13

2 Países de Língua Portuguesa | 15

II Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste | 17

1 Angola | 19

2 Cabo Verde | 25

3 Guiné-Bissau | 31

4 Moçambique | 37

5 São Tomé e Príncipe | 43

6 Timor-Leste | 49

Caixa 3 • Índice de Taxa de Câmbio Efetiva – revisão da metodologia | 55

III Relações económicas e financeiras | 57

1 Relações económicas e financeiras de Portugal com os PALOP e Timor-Leste | 59

Editorial

O Banco de Portugal disponibiliza desde 1994 a *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste*, como contributo para um melhor conhecimento da realidade económica dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste. A informação assim divulgada sobre estes países, compilada de forma comparável e consistente, é complementada com a evolução internacional a nível global e com os desenvolvimentos registados nas relações económicas e financeiras bilaterais com Portugal.

A edição deste ano apresenta a habitual análise da conjuntura, centrada no impacto da pandemia de COVID-19 em 2020, e, com base na informação disponível, a evolução e perspetivas para 2021, num quadro de ainda elevado nível de incerteza.

São acrescentados três destaques. Um primeiro sobre o apoio do FMI aos países de baixo rendimento, no contexto da resposta à crise pandémica e da promoção da recuperação, um segundo sobre o impacto das alterações climáticas nas agendas de política, um terceiro sobre as alterações na metodologia do cálculo dos índices de taxa de câmbio efetiva introduzidas na presente edição.

Para a preparação desta publicação foi fundamental o contributo de diversas entidades[1], sendo devido um agradecimento especial aos parceiros homólogos do Banco de Portugal, os bancos centrais de Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, assim como à Direção Nacional para a Guiné-Bissau do Banco Central dos Estados da África Ocidental.

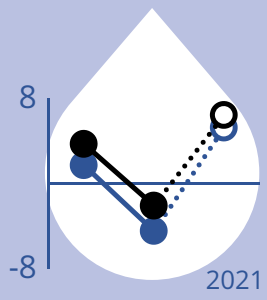
Outubro de 2021

1. Os dados estatísticos de base para a elaboração desta edição foram recolhidos essencialmente até ao final de agosto de 2021.

I Enquadramento internacional

Economia mundial

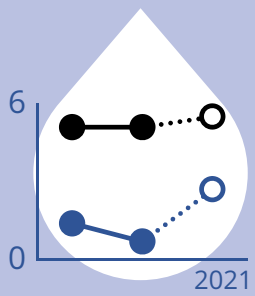
Perspetivas de recuperação



CRESCIMENTO ECONÓMICO

%

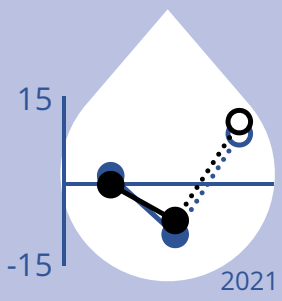
— Economias emergentes e em desenvolvimento
— Economias avançadas



INFLAÇÃO

taxa de variação homóloga, %

— Economias emergentes e em desenvolvimento
— Economias avançadas

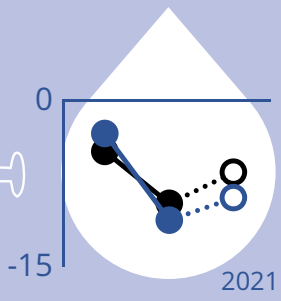


COMÉRCIO INTERNACIONAL

exportações e importações de bens e serviços

variação real, %

— Economias emergentes e em desenvolvimento
— Economias avançadas



SALDO ORÇAMENTAL

% do PIB

— Economias emergentes e em desenvolvimento
— Economias avançadas

1 Desenvolvimentos recentes e perspetivas

A pandemia de COVID-19 provocou uma contração severa da **atividade mundial**, tendo o PIB registado uma queda de 3,1% em 2020. A crise constituiu um choque exógeno adverso que afetou todas as economias e teve consequências diferenciadas. A evolução da pandemia à escala global e o impacto das medidas de contenção adotadas afetaram sobretudo os segmentos da economia mais dependentes de contactos pessoais. Os efeitos da crise foram, no entanto, mitigados pela ação célere e pela dimensão dos estímulos e das políticas implementados visando a proteção das populações e a preservação dos modos de vida.

A recuperação económica global deverá avançar a diferentes velocidades. As projeções do FMI apontam para um **crescimento** de 5,9% em 2021 (uma revisão ténue face à projeção anterior, de 6% em julho 2021), não se descartando que alguns efeitos da pandemia persistam a médio prazo, afetando a acumulação de capital humano e a redução das desigualdades. Nas economias avançadas, as projeções económicas para 2021 surgem influenciadas pelo desempenho dos EUA, refletindo um forte estímulo orçamental em 2020 e 2021. A recuperação económica na Ásia emergente e em desenvolvimento explica a evolução projetada para o agregado das economias emergentes, com destaque para a China (a primeira economia a sofrer o impacto da pandemia e a primeira a iniciar o processo de recuperação económica, logo no segundo trimestre de 2020). As projeções mais recentes para estas economias permanecem condicionadas pelo ressurgimento de surtos na Ásia emergente e em África. Por fim, destaca-se a retoma incompleta dos países da América Latina e Caraíbas em 2021 e o desempenho projetado para a África subsaariana, que compromete as aspirações de convergência económica e social da região (crescimento de 3,7% em 2021).

A quebra da atividade económica e da procura global despoletada pela crise pandémica resultaram numa contração de 8,2% do **comércio internacional** em 2020, apesar da recuperação observada no segundo semestre do ano à medida que as economias foram reabrindo. O comércio internacional em 2021 deverá crescer 9,7% devido ao maior dinamismo do setor industrial, superando a recuperação projetada para a atividade global. Em contrapartida, a recuperação do comércio internacional de serviços subsiste muito condicionada pela evolução da pandemia e pela persistência de restrições às deslocações, alterações que afetam a confiança dos consumidores, prejudicando em particular a retoma do setor do turismo.

Em termos globais, a **inflação** permaneceu relativamente estável ao longo de 2020, observando-se contudo um ligeiro decréscimo nas economias avançadas em reflexo do efeito conjugado da contração da procura e da queda acentuada do preço do petróleo no primeiro semestre. As perspetivas de aumento da procura global e de retoma da atividade conduziram ao aumento dos preços das matérias-primas, em particular do petróleo. Nos países emergentes e em desenvolvimento, a evolução projetada para a taxa de inflação em 2021, para além das pressões relacionadas com a pandemia, estará ainda relacionada com o aumento dos preços dos bens alimentares.

As **condições de financiamento** permaneceram globalmente favoráveis, embora exibindo trajetórias distintas entre economias avançadas e economias emergentes e em desenvolvimento. Nas economias avançadas, a política monetária deverá manter-se acomodatícia enquanto a inflação continuar contida e as expetativas ancoradas. Em contrapartida, em algumas economias emergentes e em desenvolvimento,

as pressões sobre os preços domésticos têm motivado a reversão das medidas de política monetária mais acomodatícia, enquanto a intensificação de riscos específicos, a que se juntam os riscos pandémicos, podem contribuir para o alargamento dos spreads de crédito, o acréscimo dos custos de financiamento e a desvalorização das moedas. Acresce que as expetativas de normalização antecipada das medidas de política monetária nos EUA poderão afetar negativamente os fluxos de capitais para as economias emergentes e em desenvolvimento.

No que diz respeito às **economias lusófonas** em apreço – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste – as medidas de controlo da pandemia terão contribuído para manter reduzidos os níveis de mortalidade associados, apesar dos efeitos sobre a atividade e procura domésticas.

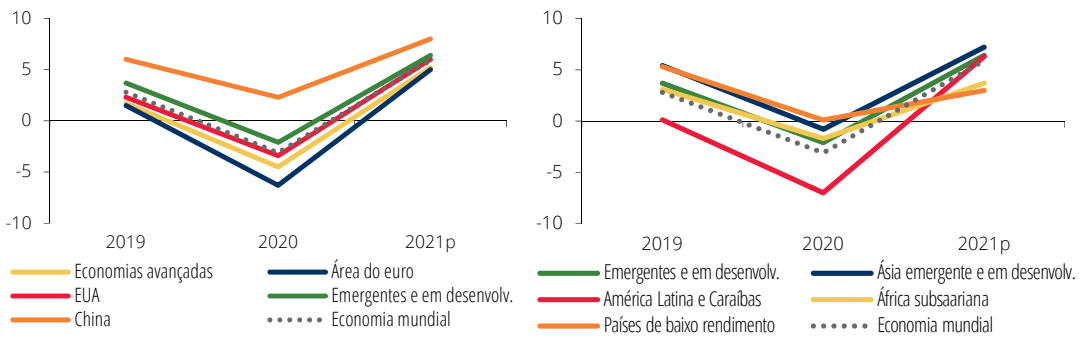
Em comum, destaca-se o acréscimo das necessidades de financiamento, em grande medida cobertas por ajudas externas dos parceiros de cooperação e credores bilaterais, face à quebra acentuada das receitas fiscais e ao acréscimo de despesas com saúde e com medidas de apoio às famílias e empresas, culminando numa expansão dos níveis de endividamento. A crise pandémica fez-se ainda sentir sobre as exportações (essencialmente Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe), com menor expressão sobre o investimento direto estrangeiro e sobre as remessas de emigrantes. Em 2021, observa-se também um aumento generalizado dos preços dos bens alimentares e do petróleo.

A atividade económica permanece ainda vulnerável à evolução da pandemia, reforçando a importância do processo de vacinação à escala global, que deverá permitir o alívio duradouro das medidas de controlo. As **perspetivas** de crescimento económico atuais deixam antever um agravamento das desigualdades à escala mundial, acentuando a dependência do financiamento externo das economias mais frágeis, em particular, do financiamento concessional e da ajuda ao desenvolvimento. Nestas economias, a atual crise erodiu o escasso espaço de política e ameaça comprometer os níveis de sustentabilidade da dívida. A retoma das trajetórias de crescimento económico pressupõe a continuidade das reformas estruturais, necessária para ultrapassar os bloqueios existentes, nomeadamente, melhorando os níveis de educação, produtividade, emprego e investimento.

Os **desafios** globais surgem com novo ímpeto no pós-pandemia, com as instituições nacionais e internacionais empenhadas em acelerar a transição digital e em promover a "recuperação verde" (*green recovery*), com impacto nas necessidades de financiamento futuro das economias, em particular das emergentes e em desenvolvimento.

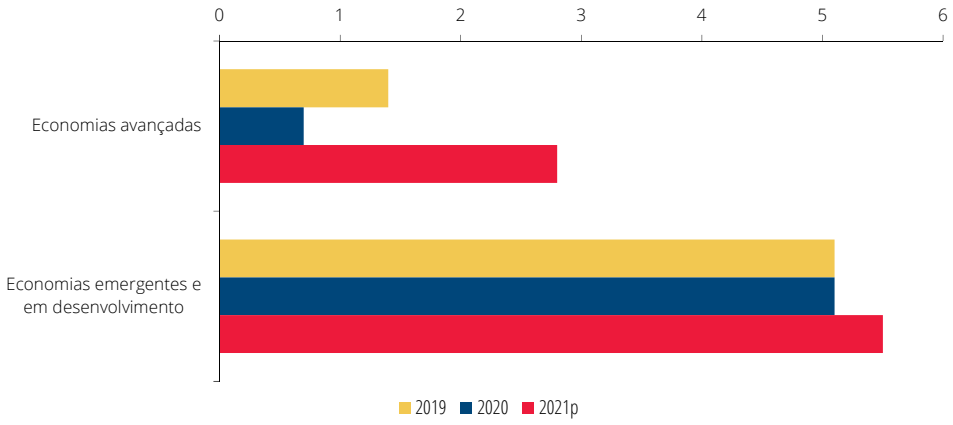
A cooperação internacional continuará a assumir um papel de relevo, para lá da resposta à emergência sanitária e à crise, na conciliação entre a recuperação económica pós-pandemia, sustentável e inclusiva, e na promoção de soluções globais. A gestão dos **riscos** globais requer uma abordagem colaborativa e o envolvimento alargado da sociedade, com destaque para os governos e bancos centrais. Requer ainda a adaptação dos instrumentos e estratégias das instituições internacionais e parceiros de cooperação.

Gráfico I.1.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em percentagem



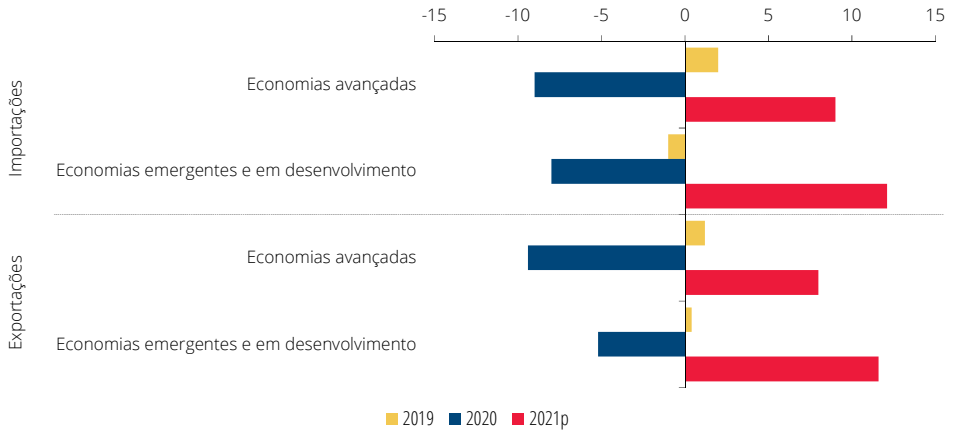
Fonte: FMI, *World Economic Outlook* (dados de 12 de outubro de 2021).

Gráfico I.1.2 • Inflação | Taxas de variação homóloga do IPC, em percentagem



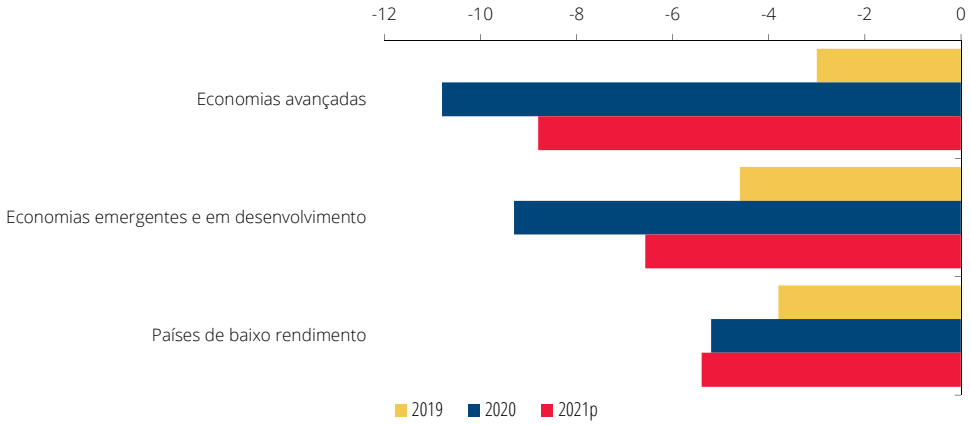
Fonte: FMI, *World Economic Outlook* (dados de 12 de outubro de 2021).

Gráfico I.1.3 • Comércio internacional (exportações e importações de bens e serviços) | Taxas de variação real, em percentagem



Fonte: FMI, *World Economic Outlook* (dados de 12 de outubro de 2021).

Gráfico I.1.4 • Saldo orçamental | Em percentagem do PIB



Fonte: FMI, *World Economic Outlook* (dados de 12 de outubro de 2021).

Caixa 1 • O apoio do FMI aos países de baixo rendimento no contexto da resposta à crise pandémica e da promoção da recuperação

Os países de baixo rendimento (PBR) foram severamente afetados pela crise global desencadeada pela pandemia de COVID-19. O impacto assimétrico da crise colocou desafios especiais a estas economias, ameaçando ganhos de crescimento e desenvolvimento alcançados no passado e acentuando os riscos de uma recuperação desigual.

A resposta do FMI, enquanto elemento central da rede de segurança financeira global, foi rápida e de dimensão expressiva, procurando responder às necessidades dos seus membros e, em especial, dos mais vulneráveis. Num primeiro momento, a assistência financeira foi essencialmente disponibilizada através das facilidades de emergência ou do reforço de programas em curso.

Face à manutenção da emergência de saúde e à necessidade de gerir os impactos da crise e promover uma recuperação sustentável e inclusiva, as necessidades de financiamento dos PBR deverão permanecer elevadas nos próximos anos. O FMI tem por isso vindo a reorientar a sua resposta, passando para financiamento concessional através de programas plurianuais para apoio às estratégias nacionais de desenvolvimento e promoção de políticas económicas que visam um crescimento sustentável. Neste contexto foram aprovadas, em julho de 2021, reformas importantes do *Poverty Reduction and Growth Trust* (PRGT). Entre estas, destacam-se os aumentos dos limites de acesso, a manutenção das taxas de juro nulas até julho de 2023 e o reforço das salvaguardas relativas à sustentabilidade da dívida e risco de crédito. A par destas reformas, foi também adotada uma estratégia para reforço dos recursos financeiros do PRGT e garantia da sua autossustentabilidade.

Uma das mais recentes e relevantes medidas de resposta do FMI à crise pandémica foi aprovada e implementada no verão de 2021. Na sequência de um amplo consenso a nível internacional, teve lugar uma atribuição geral de Direitos de Saque Especiais (DSE) num montante equivalente a 650 mil milhões de USD – a maior atribuição de sempre. Constitui uma resposta rápida e complementar aos esforços de combate à crise e mitigação de impactos estruturais, com vista a reforçar a confiança e cooperação a nível global e apoiar países com necessidades de liquidez, alisando o ajustamento necessário.

Esta atribuição é considerada particularmente relevante para as economias emergentes e em desenvolvimento, em especial para os PBR. O seu impacto beneficiará da facilidade de uso e da recanalização de DSE após a atribuição, designadamente de membros com posições externas mais sólidas para membros com maiores necessidades. Serão, pois, fundamentais as opções para facilitar a recanalização voluntária de DSE, nomeadamente envolvendo instrumentos existentes (como o PRGT) ou novos mecanismos vocacionados para apoio a países vulneráveis na resposta à pandemia e na transformação estrutural das suas economias.

Complementarmente, o apoio aos membros mais vulneráveis foi também consolidado com novas rondas de alívio temporário do serviço da dívida ao FMI ao abrigo do *Catastrophe Containment and Relief Trust* (CCRT); com o prolongamento – até ao final de 2021 – da iniciativa do G20 e do Clube de Paris para a suspensão do serviço da dívida aos credores oficiais bilaterais, a *Debt Service Suspension Initiative* (DSSI); e com o acordo pelo G20 e Clube de Paris, em novembro de 2020, do *Common Framework for Debt Treatments beyond the DSSI*.

A cooperação internacional foi um dos elementos centrais na resposta à crise pandémica e a ação do FMI enquadra-se na abordagem colaborativa com outras instituições e parceiros internacionais.

O quadro abaixo sintetiza o recurso dos PALOP a estas facilidades e iniciativas, em linha com as suas circunstâncias específicas, estratégias nacionais e necessidades concretas. Apresenta ainda o montante atribuído a cada país no âmbito da atribuição geral de DSE.

Quadro C1.1 • PALOP – Acesso a facilidades e iniciativas e atribuição geral de DSE | Em milhões*

	Extended Credit Facility (ECF)**		Extended Fund Facility (EFF)**		Rapid Credit Facilty (RCF)		Catastrophe Containment and Relief Trust (CCRT)		Debt Service Suspension Initiative (DSSI)***	Atribuição geral de DSE
	USD	DSE	USD	DSE	USD	DSE	USD	DSE	USD	DSE
Angola	–		765,7	540,4	–		–		4171	709,4
Cabo Verde	–		–		32,3	23,7	–		49,7	22,7
Guiné-Bissau	–		–		20,5	14,2	4,99	3,56	5,6	27,2
Moçambique	–		–		308,9	227,2	41,66	29,82	758,7	217,8
São Tomé e Príncipe	2,08	1,48	–		12,29	9,03	0,63	0,46	5,8	14,2

* Montantes apresentados nas moedas divulgadas. Por referência, a taxa de câmbio DSE/USD a 31 de agosto era de 1,42426. ** Valores do aumento de acesso à facilidade. ***Montantes estimados a 31 de agosto de 2021, relativos ao valor potencial de moratória sobre o serviço da dívida oficial bilateral entre maio de 2020 e dezembro de 2021 (Banco Mundial).

Caixa 2 • Alterações climáticas: considerações gerais e bancos centrais

As alterações climáticas afirmaram-se ao longo dos últimos anos como uma das principais questões globais do nosso tempo – sobretudo desde o Acordo de Paris (dezembro de 2015). São hoje claramente reconhecidas como um risco global efetivo, que requer cooperação e soluções globais. São também um dos poucos temas que permaneceram em destaque nas agendas internacionais mesmo depois de desencadeada a crise pandémica, conforme se comprova por iniciativas recentes como o pacote *Fit for 55* da UE (julho de 2021) ou o Plano Biden dos EUA, tal como foi apresentado na *Leaders Summit on Climate* (abril de 2021).

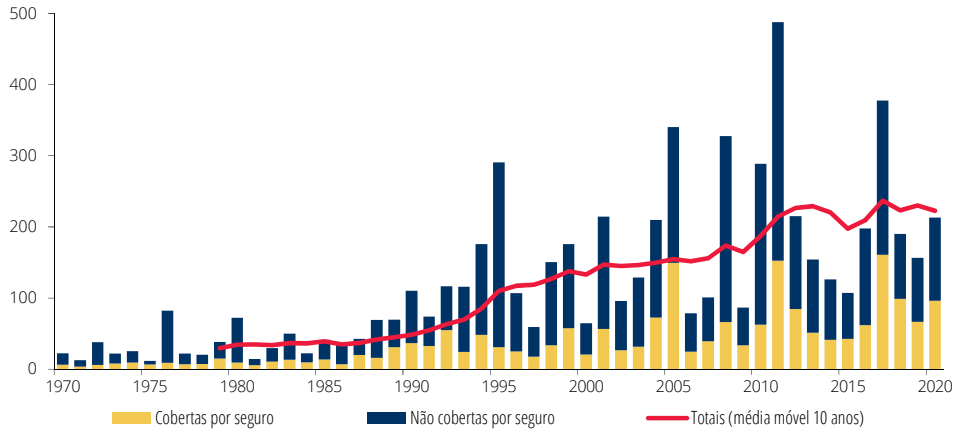
Num contexto em que vem ganhando projeção a ideia de *green recovery* – ou seja, a conciliação entre retoma pós-pandémica de curto prazo e resposta de longo prazo às alterações climáticas – têm-se multiplicado os compromissos com o objetivo dito *net zero*. Assumidos por autoridades governamentais, outras entidades oficiais e instituições privadas, estes compromissos traduzem-se tipicamente pela indicação de um horizonte temporal para se atingir a meta de emissões nulas de gases com efeito de estufa, em termos líquidos (ou seja, a diferença entre emissões brutas e captura) – 2050 no caso da UE e dos EUA, ou 2060 no caso da China.

A profunda transformação que esta transição energética acarreta vai certamente assumir contornos diferentes consoante os contextos. Para a generalidade dos países em desenvolvimento, o Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) da ONU prevê efeitos relativamente mais graves com o aumento da frequência e intensidade das catástrofes naturais. Deverão também ser especialmente afetados os países mais dependentes da produção de combustíveis fósseis (como é o caso de Angola e Timor-Leste, mas também, a curto prazo, de Moçambique). É uma perspetiva bem ilustrada num relatório da Agência Internacional de Energia, divulgado a 18 de maio, que preconiza a cessação imediata do investimento em novos projetos de petróleo e gás natural, na trajetória para se atingir o *net zero* em 2050 – estimando também que, por essa altura, a procura global de petróleo e de gás natural terá caído 75% e 71%, respetivamente, face aos níveis de 2019.

É habitualmente reconhecido que os instrumentos de política económica mais eficazes para corrigir externalidades negativas, como as alterações climáticas, são apanágio das autoridades governamentais. No entanto, o caráter transversal e abrangente do fenómeno tem suscitado um envolvimento alargado da sociedade. E também dos bancos centrais, quer individualmente quer através de uma organização criada em dezembro de 2017 para trocar experiências e melhores práticas: a Network for Greening the Financial System (NGFS), que contava já 95 membros no final de agosto de 2021 (incluindo o Banco de Portugal, desde dezembro de 2018).

A rápida expansão desta entidade – em termos de participantes, trabalho técnico produzido e repercussão pública – reflete também o reconhecimento da relevância direta que as alterações climáticas assumem para a missão e as atividades dos bancos centrais. Trata-se, com efeito, de uma fonte de risco para a estabilidade financeira, um elemento que afeta o enquadramento da política monetária e um fator importante para os modelos de negócio das instituições supervisionadas – além de serem relevantes para aspetos como a elaboração de estudos económicos, a produção de estatísticas, a gestão de ativos, a gestão do risco próprio e a mitigação da pegada ecológica. Em suma, relevantes para o bom exercício da função de banco central.

Gráfico C2.1 • Perdas em catástrofes | 1970-2020, mil milhões de USD

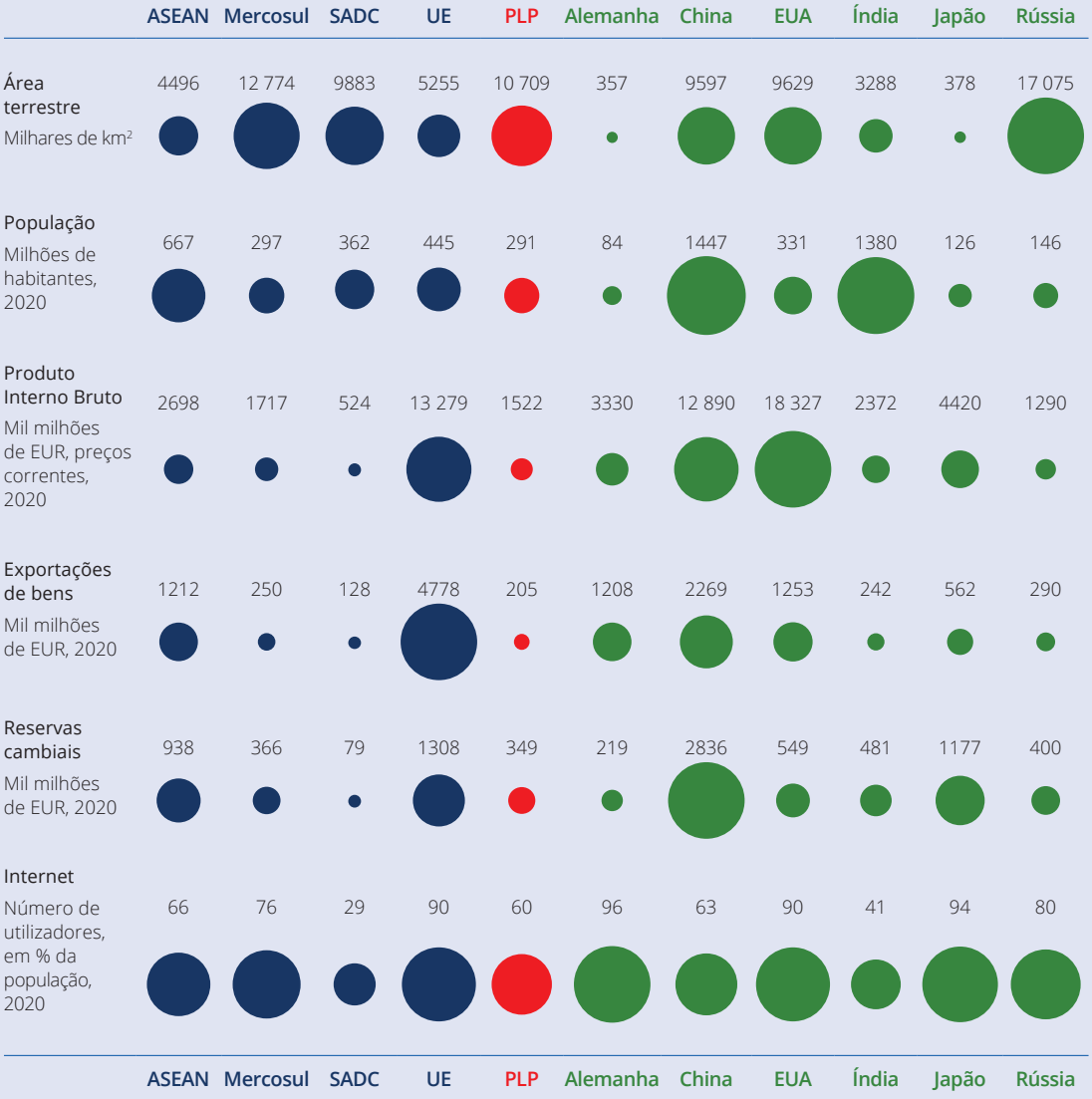


Fonte: Swiss Re Institute.

2 Países de Língua Portuguesa

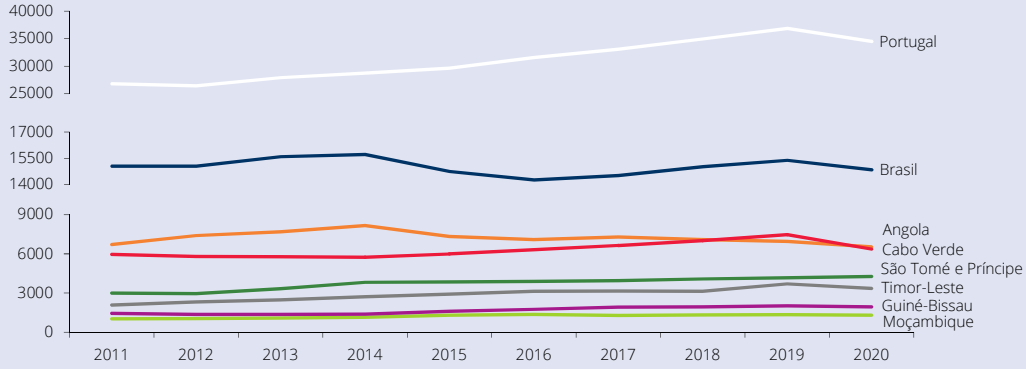
Indicadores socioeconómicos

Quadro I.2.1 • Países de Língua Portuguesa no mundo – uma comparação em várias dimensões



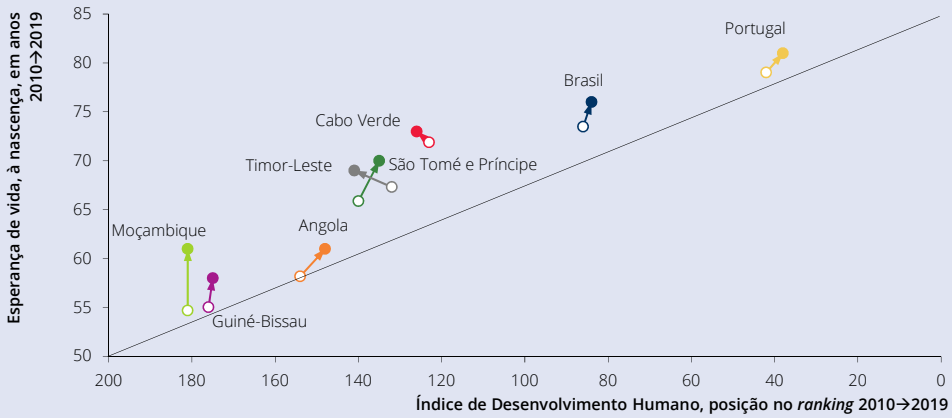
Fontes: Banco Mundial, Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, CIA – World Factbook, Internet World Statistics e Organização Mundial do Comércio | Nota: Inclui exportações intracomunitárias. | Legenda: PLP – Países de Língua Portuguesa, UE – União Europeia, ASEAN – Association of Southeast Asian Nations, SADC – Southern African Development Community, Mercosul – Mercado Comum do Sul

Gráfico I.2.1 • PIB *per capita* | USD, em PPP, preços correntes



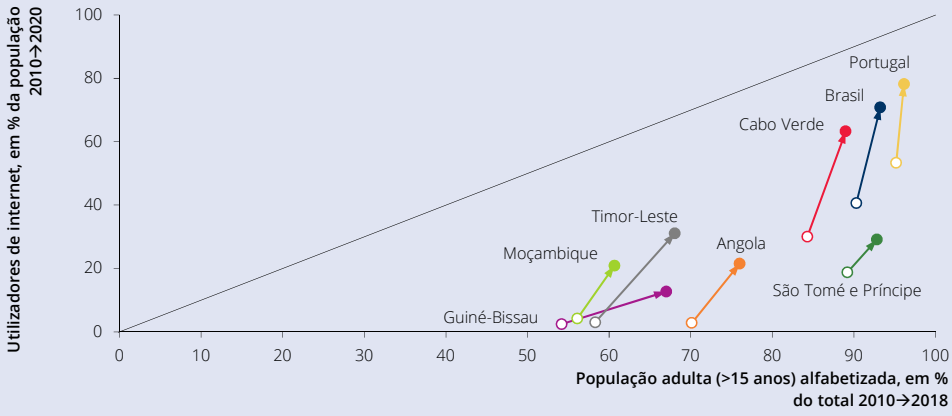
Fonte: Banco Mundial. | Nota: PPP – Paridade do poder de compra. Forma de conversão cambial alternativa às taxas de mercado. Assenta na comparação dos preços em moeda local praticados para o mesmo cabaz de bens representativos em diferentes países.

Gráfico I.2.2 • Esperança de vida *vs.* Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: Banco Mundial e PNUD. | Nota: Índice de Desenvolvimento Humano (*Human Development Index*): Indicador compósito calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que leva em conta a esperança de vida, os níveis de educação e os de rendimento (188 países em 2010; 189 países em 2019).

Gráfico I.2.3 • Utilizadores de internet *vs.* Literacia



Fonte: Banco Mundial e CIA – World Factbook.

II Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste

1 Angola

2 Cabo Verde

3 Guiné-Bissau

4 Moçambique

5 São Tomé e Príncipe

6 Timor-Leste

1 Angola

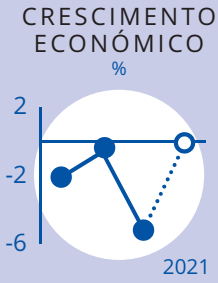
Área 1 246 700 km²
Capital Luanda
População 32,9 milhões (2020; fonte: Nações Unidas)
Moeda Kwanza

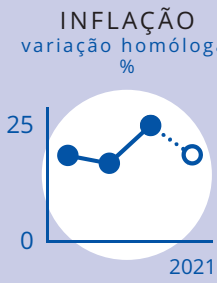
O choque petrolífero de 2014-2015 marcou o início de um prolongado período recessivo da economia angolana, assente num modelo de crescimento dependente daquele setor. Desde 2018, as autoridades mantêm uma agenda reformista que visa a estabilização macroeconómica, a diversificação do tecido produtivo, um crescimento liderado pelo setor privado e o reforço das instituições públicas. Para suporte destas políticas, Angola solicitou um programa de ajustamento ao FMI, obtendo, em 2018, acesso a um empréstimo de 3,7 mil milhões de USD, ao abrigo da *Extended Fund Facility* (EFF) que termina em 2021.

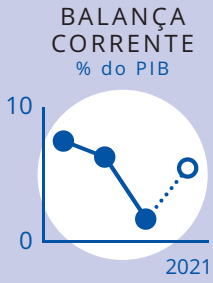
Em 2020, a crise sanitária provocou múltiplos choques sobre a economia, aumentando os desafios existentes. O setor petrolífero foi fortemente afetado pelos efeitos combinados da queda dos preços e da contração da procura, com impacto indireto sobre a atividade não petrolífera, igualmente condicionada pelas restrições sanitárias. O PIB recuou 5,2% em 2020, a maior quebra registada desde o fim da guerra civil em 2002, agravando os índices de pobreza e de desigualdade. Apesar das medidas implementadas em resposta à emergência sanitária, as autoridades mantiveram um forte compromisso com as políticas de consolidação e ajustamento, o que, a par dos acordos de renegociação de dívida, tem permitido avaliações positivas ao programa em curso. A política monetária procurou acomodar os impactos da crise no primeiro semestre de 2020, garantindo acesso a liquidez e fomentando a concessão de crédito. A flexibilização do regime cambial introduzida em outubro de 2019 impulsionou a depreciação acentuada do kwanza, a aceleração da inflação e o agravamento do peso da dívida. As contas externas ressentiram-se da contração das exportações de petróleo, apesar do regime cambial flexível.

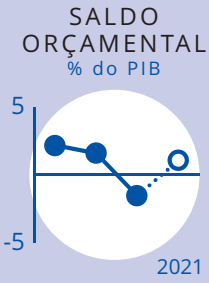
Com a evolução da crise pandémica, a agenda de política em 2021 passa pela estabilização monetária, através da adoção de uma política mais restritiva, pela sustentabilidade orçamental e da dívida, pela aceleração das reformas estruturais e pela salvaguarda da estabilidade financeira, com destaque para a reestruturação de dois bancos públicos, bem como pela atenuação dos índices de pobreza agravados pela pandemia.

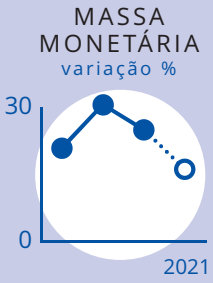
A fragilidade do setor petrolífero continuará a condicionar o crescimento da economia angolana. A retoma da procura interna prevê-se gradual e dependente da evolução da pandemia e da recuperação dos rendimentos das famílias. Em 2021, o FMI estima uma contração de 0,1%, sendo os atrasos previstos nos investimentos do setor petrolífero o principal fator da revisão em baixa do crescimento do produto.











Em recessão pelo quinto ano consecutivo, o **PIB** angolano contraiu 5,2% em 2020. A pandemia provocou múltiplos choques sobre a economia, com destaque para o colapso da procura e dos preços do petróleo no primeiro semestre de 2020. O setor petrolífero contraiu 8%, agravando a tendência de declínio da produção num contexto prolongado de baixo investimento, dificuldades operacionais e aproximação do fim de vida útil dos poços em exploração. A atividade não petrolífera recuou 4%, apesar da resiliência do setor agrícola e da recuperação parcial dos outros setores a partir do terceiro trimestre, em virtude do alívio das restrições sanitárias. O impacto da pandemia ainda se faz sentir nas frentes económica e social, apesar do alívio das pressões macroeconómicas. O FMI prevê uma contração de 0,1% do produto para 2021, com o setor petrolífero a recuar 7%. O abrandamento no investimento e as dificuldades provocadas pela pandemia mantiveram a produção petrolífera em níveis contidos, não obstante o aumento dos preços internacionais. A recuperação da atividade não petrolífera será gradual, considerando a capacidade de intervenção contra cíclica, devendo expandir 2,3% em 2021. A evolução da pandemia teve um impacto positivo sobre a procura interna até ao primeiro trimestre de 2021, mas o recrudescimento de infeções em abril obrigou ao reforço das medidas de contenção. Fenómenos meteorológicos adversos no início de 2021 criaram perturbações na produção agrícola e nos transportes, impondo limitações adicionais à recuperação económica.

A adoção do regime cambial flexível e a entrada em vigor do IVA em finais de 2019 marcaram o início de um período de aceleração da **inflação**, que estabilizou a partir do quarto trimestre de 2020. Apesar da consolidação orçamental e de um *output gap* negativo, as disrupções nas cadeias de produção e uma política monetária acomodatícia agravaram a tendência de crescimento dos preços, com a inflação homóloga a aumentar de 16,9%, em 2019, para 25,1%, em 2020. A estabilização do kwanza, a partir de maio de 2021, e a restrição gradual da política monetária contribuíram para o achatamento da curva de inflação, com a taxa homóloga a fixar-se em 24,9%. As autoridades apontam para uma inflação homóloga de 18,7% no final de 2021, beneficiando de um contexto de política monetária mais restritivo.

A pandemia contribuiu para a degradação das **contas externas** em 2020, tendo a flexibilidade cambial facilitado o ajustamento dos choques exógenos. O colapso dos preços e da procura de petróleo provocou uma queda de 40% nas exportações em 2020. A forte contração das importações, o menor nível de transferências de rendimentos das empresas petrolíferas para o estrangeiro e a retoma dos preços do petróleo acima do expectável, contribuíram para um excedente na balança corrente de 1,6% do PIB. Os acordos de renegociação de dívida externa com credores bilaterais e ao abrigo da Debt Service Suspension Initiative (DSSI) reduziram alguma pressão sobre as contas externas. Contudo, e apesar da estabilização do investimento direto estrangeiro, registou-se um défice externo global de 7,7% do PIB em 2020, suprido pela redução de reservas internacionais líquidas, bem como por financiamento externo excecional. Em 2021 espera-se uma melhoria da posição externa, com um excedente na balança corrente de 5,3% do PIB, fruto da evolução positiva dos preços do petróleo e de níveis de importações inferiores aos registados antes da pandemia. Ainda que se projete um recuo do investimento direto estrangeiro, prevê-se uma ligeira acumulação de reservas internacionais.

O governo tem mantido um esforço de consolidação das **contas públicas**, com contenção da despesa primária e mobilização de receita não petrolífera. A crise pandémica contribuiu para um défice orçamental de 1,6% do PIB, tendo o saldo primário registado um excedente de 5,8% do PIB em 2020. A quebra de 2,6 pp das receitas petrolíferas, em percentagem do PIB, obrigou à aprovação de um orçamento retificativo, revendo em baixa o preço de referência do barril de petróleo para 33 USD. As receitas não petrolíferas cresceram 1,8 pp, em percentagem do PIB, impulsionadas sobretudo pelo IVA e por medidas de eficiência fiscal. Este aumento permitiu a redução do saldo primário não petrolífero para -5,5% do PIB, em 2020, superando a meta do programa com o FMI. O défice orçamental e a depreciação do kwanza agravaram a dinâmica da dívida, que se fixou 135% do PIB, no final de 2020. Sem acesso a mercados de capitais internacionais, a utilização de depósitos e a alienação de ativos (incluindo a mobilização de 1,5 mil milhões de USD do Fundo Soberano em 2020) não foram suficientes para suprir as necessidades de financiamento do Estado. O executivo beneficiou de acesso a financiamento externo multilateral, incluindo a EFF do FMI e apoio orçamental do Banco Mundial e do Banco de Desenvolvimento Africano, a que se somam os acordos de renegociação de dívidas bilaterais e ao abrigo da DSSI. O orçamento de 2021

prevê um excedente global de 1%, um excedente primário de 7,2% e uma redução do rácio da dívida pública para 113% do PIB. A receita petrolífera recuperará, beneficiando de preços internacionais mais elevados. Contudo, o orçamento assenta num cenário conservador para o preço do petróleo (39 USD), tendo as autoridades sinalizado a canalização do provável excedente de receita petrolífera para despesas extraordinárias de combate ao surto epidémico e redução da dívida. A contenção da despesa primária permitirá uma redução do saldo primário não petrolífero para -4,4% do PIB.

Com a flexibilização do **regime cambial**, o kwanza depreciou-se 51% face ao dólar em 2020. A partir do quarto trimestre, o aumento da oferta de divisas, fruto da melhoria dos preços do petróleo, permitiu estabilizar o kwanza, tendência que se tem mantido em 2021. O BNA permanece comprometido com a reforma cambial, limitando as suas intervenções à mitigação do excesso de volatilidade. Em 2020, a introdução de uma plataforma de negociação no mercado cambial interbancário constituiu um progresso e contribuiu para a diminuição do *spread* entre o câmbio oficial e o paralelo, que se situou abaixo dos dois dígitos em abril de 2021.

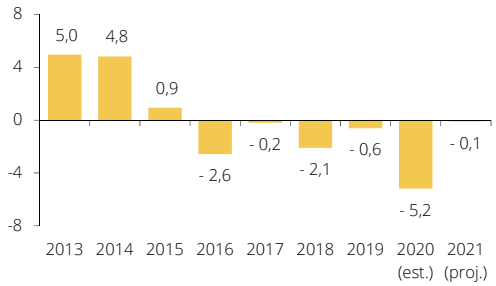
A **política monetária** tornou-se acomodatícia em resposta aos impactos da crise no primeiro semestre de 2020, destacando-se: a introdução de uma linha de liquidez em moeda nacional para a aquisição de títulos de dívida pública detidos pelo setor privado; a manutenção da taxa de juro diretora abaixo da taxa de inflação; a criação de um programa de incentivo ao crédito a setores-chave; e a introdução de uma taxa de custódia sobre as reservas excedentárias. Com o atenuar dos efeitos do choque pandémico, **o BNA inverteu a orientação de política** para conter a expansão monetária e o aumento da inflação. Em 2021, destaca-se o aumento das taxas da facilidade permanente de cedência e absorção de liquidez, a utilização das operações de mercado aberto para absorção de liquidez e o aumento dos rácios de reservas obrigatórias.

Num ambiente de recessão prolongada, inflação elevada e depreciação cambial, a deterioração da qualidade das carteiras de crédito constitui um fator de pressão sobre o **sistema bancário**, cuja solvabilidade é vulnerável a depreciações adicionais do kwanza. Uma análise à qualidade dos ativos em 2019 identificou necessidades de recapitalização de 2,4 mil milhões de USD, 96% das quais relativas a dois bancos públicos, obrigando a processos de restruturação. As autoridades têm promovido o reconhecimento de menos-valias em linha com as perdas de crédito esperadas, assim como a gestão ativa de créditos não produtivos (NPL). O rácio de incumprimento tem mantido uma trajetória descendente, fixando-se em 18,7% em maio de 2021, não havendo atualmente um plano de moratórias. O rácio de capital ressentiu-se das perdas líquidas que o setor registou em 2020, em particular nos bancos públicos, cifrando-se em 18,6% em maio de 2021.

As autoridades mantêm-se comprometidas com o programa de **reformas estruturais** e de reforço da governação, não obstante a pandemia ter forçado alguns adiamentos. A Lei da Sustentabilidade das Finanças Públicas, aprovada em 2020, inclui uma regra para a sustentabilidade da dívida e um quadro orçamental de médio prazo, reforçando a transparência e previsibilidade da política orçamental. O programa de privatizações, ao abrigo do qual se privatizaram 39 empresas (das 126 inicialmente previstas) em 2020, prevê a alienação de 100 empresas em 2021. O executivo mantém a aposta em investimentos em infraestruturas fundamentais, com destaque para os setores de eletricidade e água, com apoio do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento. Em 2021, foi promulgada a nova Lei das Instituições Financeiras, que estabelece um quadro prudencial e de resolução, e a nova Lei do BNA, que reforça os seus poderes de intervenção. Ainda no âmbito do sistema financeiro, destaca-se a promulgação da Lei de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Terrorismo e o desenvolvimento da estratégia de redução do peso do Estado no sistema bancário.

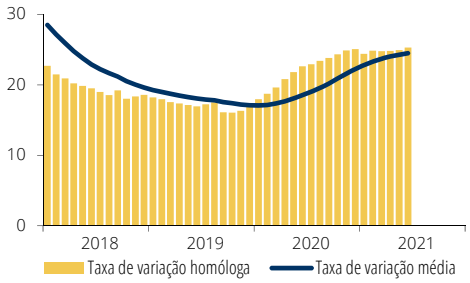
A persistência dos efeitos da crise sanitária, a evolução do mercado petrolífero e a sustentabilidade da dívida pública constituem os principais **riscos** para a economia angolana. A fragilidade do setor petrolífero continuará a condicionar o crescimento económico. Por seu turno, a dinamização do setor não petrolífero e da procura interna depende da contenção da pandemia e do sucesso da campanha de vacinação. A implementação bem-sucedida do programa de transferências sociais, apoiado pelo Banco Mundial, constitui um elemento chave na mitigação dos efeitos da crise e na preservação da estabilidade social. As perspetivas de crescimento a médio prazo permanecem condicionadas pelo sucesso das reformas estruturais em curso, dependentes da dinâmica internacional e do apoio externo.

Gráfico II.1.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em percentagem



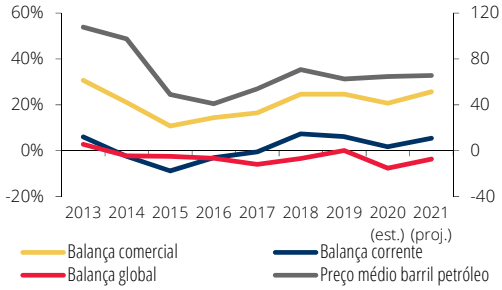
O choque petrolífero de 2014-2015 induziu uma recessão prolongada, significativamente agravada em 2020 pelos efeitos da pandemia.

Gráfico II.1.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em percentagem



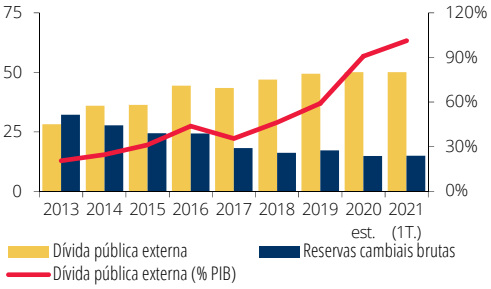
O choque pandémico acelerou a depreciação cambial, agravando a dinâmica da inflação. A estabilização do câmbio e uma política monetária restritiva estabilizaram o crescimento dos preços a partir do final de 2020.

Gráfico II.1.3 • Balança de pagamentos e preço do petróleo | Em percentagem do PIB, preço médio do barril de petróleo em USD



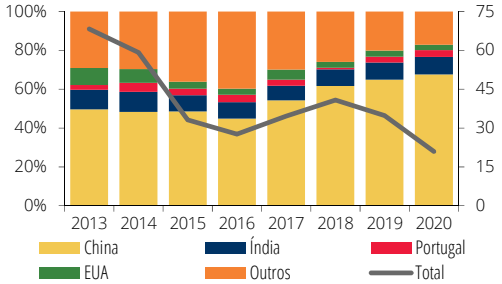
A depreciação cambial absorveu parte dos choques sobre a balança corrente em 2020, atenuando o efeito da variação do preço do petróleo sobre o respetivo saldo.

Gráfico II.1.4 • Dívida pública externa e reservas cambiais | Em mil milhões de USD



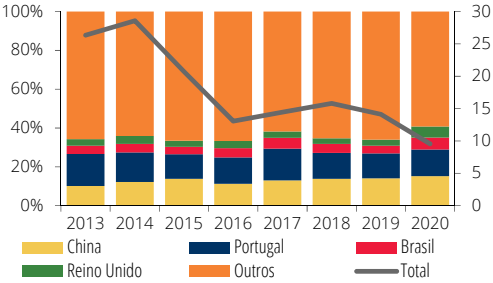
O agravamento das contas externas e a depreciação do kwanza têm contribuído para o agravamento da dívida externa.

Gráfico II.1.5 • Exportações de petróleo bruto | Destinos em percentagem, total em mil milhões de USD



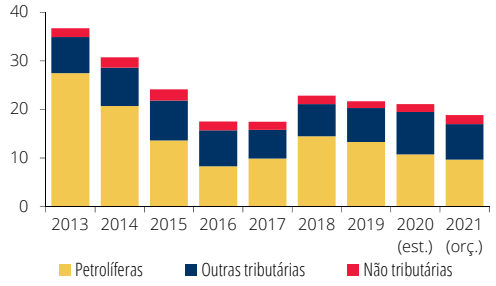
A quebra nas exportações de petróleo reflete o colapso dos preços internacionais e da produção. A China tem vindo a reforçar o seu peso enquanto principal destino.

Gráfico II.1.6 • Importações de mercadorias | Origens em percentagem, total em milhões de USD



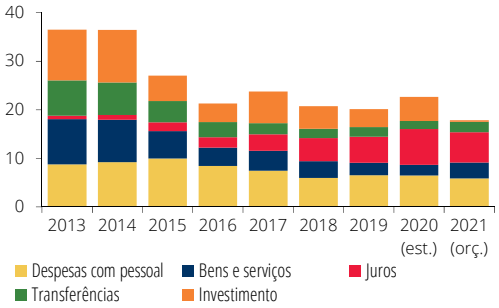
A China consolidou a sua posição como principal fornecedor de bens em 2020. O valor das importações voltou a recuar face à contração da procura interna e à depreciação cambial.

Gráfico II.1.7 • Receitas públicas
| Em percentagem do PIB



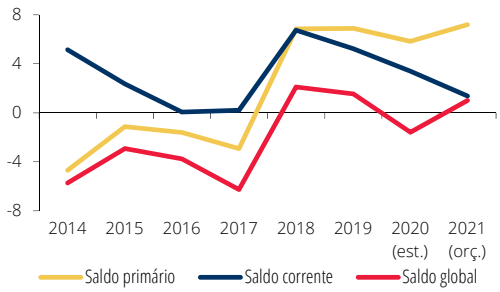
A fragilidade do setor petrolífero tem afetado a receita fiscal. O esforço de diversificação económica e de alargamento da base fiscal reflete-se no crescimento relativo da receita não petrolífera.

Gráfico II.1.8 • Despesas públicas
| Em percentagem do PIB



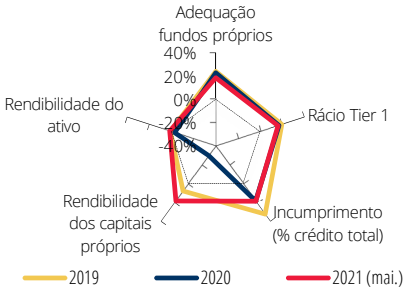
As medidas de consolidação são visíveis na contenção da despesa primária. De notar o aumento dos encargos com a dívida, fortemente pressionados pela depreciação cambial.

Gráfico II.1.9 • Saldos orçamentais
| Em percentagem do PIB



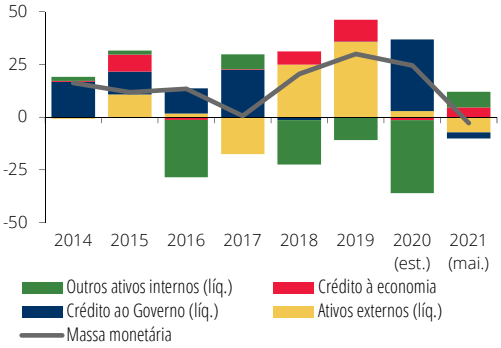
A consolidação orçamental permitiu a manutenção de excedentes primários desde 2018, com a evolução dos juros a pressionar o saldo global.

Gráfico II.1.10 • Indicadores de estabilidade financeira



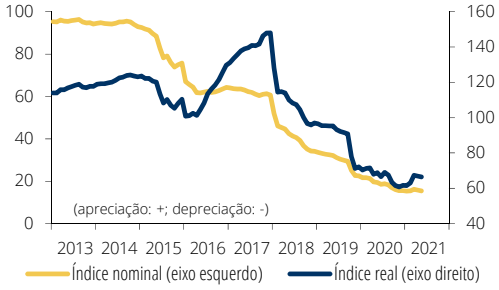
A recessão prolongada, a elevada inflação e a depreciação cambial pressionaram a qualidade dos ativos. A quebra no rácio de capital em 2020 refletiu sobretudo as perdas registadas no maior banco público.

Gráfico II.1.11 • Fatores de variação da liquidez
| Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária



Em 2020, o crescimento da massa monetária deveu-se sobretudo ao aumento do crédito líquido ao setor público, limitando a expansão do crédito à economia.

Gráfico II.1.12 • Taxas de câmbio efetivas
| Índices base 100: 2010, médias mensais



A flexibilização do kwanza, introduzida no início de 2018 e aprofundada em 2019, permitiu ganhos consideráveis de competitividade externa.

Quadro II.1.1 • Principais indicadores económicos

		2018	2019	2020		2021		
				Prog.	Est.	Prog.	Est.	
Produto e preços								
PIB nominal	mil milhões de EUR	86,2	74,8	56,4	48,2	53,8	–	
PIB real	taxa de variação anual	-2,1	-0,6	-4,0	-5,2	-0,1	–	
Setor petrolífero	taxa de variação anual	-9,5	-6,5	-6,8	-8,0	-7,0	–	
Outros setores	taxa de variação anual	1,0	1,8	-2,8	-4,0	2,3	–	
PIB *per capita*	USD, em PPP[a]	7100	6952	–	6538	–	–	
Inflação (IPC)	taxa variação homóloga	18,6	16,9	23,1	25,1	18,7	24,9	jun.
Inflação (IPC)	taxa de variação média	19,6	17,1	25,0	22,3	–	24,3	jun.
Finanças públicas								
Receitas totais	% do PIB	22,9	21,7	19,2	21,1	18,9	–	
Receitas petrolíferas	% do PIB	14,5	13,3	9,3	10,7	9,7	–	
Despesas totais	% do PIB	20,8	20,1	23,2	22,7	17,9	–	
Despesas correntes	% do PIB	16,1	16,4	18,6	17,7	17,5	–	
Despesas de investimento	% do PIB	4,6	3,7	4,6	5,0	0,4	–	
Saldo global (base compromissos)	% do PIB	2,1	1,5	-4,0	-1,6	1,0	–	
Dívida pública externa	% do PIB	46,4	59,1	–	90,9	–	101,3	mar.
Moeda e crédito								
Ativos externos líquidos	taxa de variação anual	62,5	66,4	–	4,1	9,6	-12,6	mai.
Crédito à economia	taxa de variação anual	12,4	22,0	–	-3,1	2,1	13,2	mai.
Massa monetária (M3)	taxa de variação anual	20,4	29,9	–	24,5	15,8	-2,8	mai.
Taxas de juro								
Crédito em moeda nacional[b] (180 d)	taxa anual	19,8	14,4	–	19,7	–	18,0	mai.
Depósitos em moeda nacional (180 d)	taxa anual	10,4	8,0	–	10,1	–	9,4	mai.
Depósitos em moeda estrangeira (180 d)	taxa anual	2,2	3,9	–	1,4	–	5,0	mai.
Facilidade permanente de cedência de liquidez	taxa anual	16,5	15,5	–	15,5	–	15,5	mai.
LUIBOR[c] *overnight*	taxa anual	16,8	22,5	–	9,8	–	13,7	mai.
Estabilidade financeira								
Adequação dos fundos próprios	%	24,2	24,1	–	22,8	–	18,6	mai.
Incumprimento/crédito total	%	28,3	32,4	–	18,4	–	18,7	mai.
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	%	26,6	7,8	–	-29,8	–	18,4	mai.
Balança de pagamentos								
Balança comercial	% do PIB	24,6	24,6	15,5	20,7	25,7	–	
Balança corrente	% do PIB	7,3	6,1	-2,4	1,6	5,3	–	
Reservas oficiais (brutas)	mil milhões de USD	16,2	17,2	–	14,9	–	14,1	mai.
Taxas de câmbio								
EUR/AOA	taxa média	297,4	528,3	–	660,8	–	792,1	mai.
USD/AOA	taxa média	252,9	475,4	–	587,1	–	652,2	mai.
ITCE nominal[d]	taxa de variação anual	-43,7	-33,9	–	-31,1	–	-21,0	mai.
ITCE real[d]	taxa de variação anual	-34,5	-25,6	–	-14,5	–	-3,5	mai.

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças (Angola), Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal. | Notas: (a) Paridade do poder de compra; (b) Crédito concedido a empresas; (c) Luanda Interbank Offered Rate – taxa média ponderada de cedência de liquidez de fundos não garantidos entre as outras instituições financeiras monetárias no mercado monetário interbancário; (d) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE) apurado com base nas taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais, com ponderadores variáveis de comércio internacional, considerando exportações e importações de mercadorias (apreciação: +; depreciação: -).

2 Cabo Verde

Área 4033 km^2

Capital Praia

População 557 milhares (2020; fonte: INE-CV)

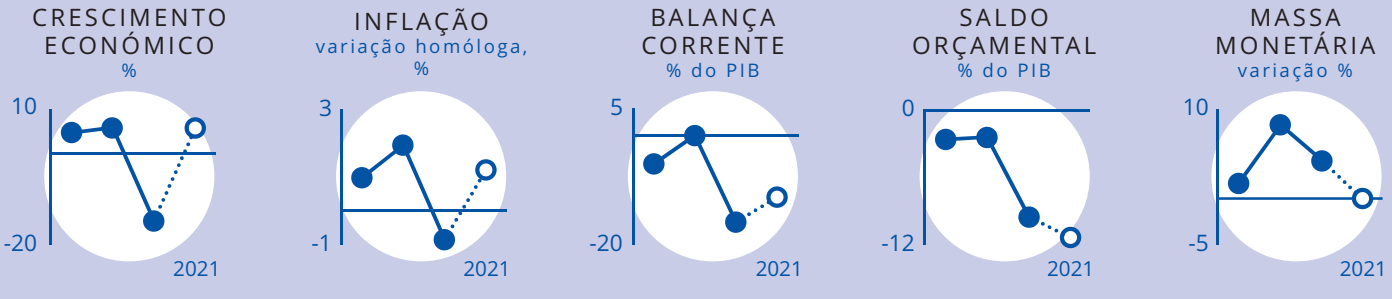
Moeda Escudo cabo-verdiano

O impacto da pandemia de COVID-19 foi muito significativo em Cabo Verde em 2020 e tem vindo a prolongar-se ao longo de 2021. A economia tem sido fortemente afetada pelas restrições às deslocações, condicionando a atividade dos setores do turismo, transportes e atividades conexas. O prolongamento das medidas internas de resposta sanitária e de apoio a empresas, trabalhadores e famílias mantém pressão adicional sobretudo sobre as finanças públicas.

A vincada retração económica de 2020 foi acompanhada pela deterioração dos défices externo corrente e orçamental, interrompendo as trajetórias positivas dos anos anteriores. As exportações de serviços (principalmente turismo e transportes) e de bens (maioritariamente reexportações em portos e aeroportos) diminuíram, mitigadas em parte pela resiliência das remessas de emigrantes. A quebra na atividade económica e a introdução de moratórias fiscais reduziram as receitas públicas, ao passo que as despesas correntes se mantiveram em crescimento, tendo em conta os encargos acrescidos com o combate à pandemia e seus efeitos e à rigidez que as carateriza. As necessidades adicionais de financiamento das contas públicas e externas, criadas pela pandemia, levaram as autoridades a procurar apoio junto de instituições internacionais, bem como a recorrer ao crédito interno, agravandoo endividamento público.

O cenário traçado pelas autoridades nacionais para 2021 aponta para um crescimento de 5,5%, antecipando a retoma do turismo no último trimestre do ano, atenuando as pressões sobre a balança de pagamentos e, parcialmente, sobre as contas públicas. O controlo da pandemia, também dependente da celeridade do processo de vacinação, tanto em Cabo Verde como nos principais parceiros, constitui o principal risco para este cenário. Este quadro de crescimento poderá ficar comprometido caso não se concretize a retoma do turismo e dos setores conexos, com consequências para os défices orçamental e externo.

Cabo Verde beneficiou, em abril de 2020, de recursos do FMI através da *Rapid Credit Facility*, tendo concluído positivamente, em abril de 2021, o programa ao abrigo do *Policy Coordination Instrument*, o qual não incluiu assistência financeira.



O impacto da pandemia de COVID-19 marca a evolução macroeconómica de Cabo Verde desde março de 2020, tendo provocado uma contração do **produto** de 14,8% em 2020, tendência que se manteve no início de 2021, com nova quebra real da atividade económica no primeiro trimestre, estimada em 11%, em termos homólogos. As medidas de controlo da propagação do vírus impuseram a interdição das deslocações, o que tem sido fortemente penalizador para o turismo e para as respetivas atividades conexas, o principal motor do crescimento no país. A expetativa de retoma dos fluxos turísticos no último trimestre do ano alimentou a projeção de dinamização da atividade económica em 5,5% para o conjunto de 2021. O cenário adverso limita o crescimento a 3%, mantendo-se as dificuldades do setor.

Após três anos de grande estabilidade, a **inflação** apresentou uma trajetória descendente a partir de meados de 2020, atingindo taxas médias praticamente nulas em março e abril e valores próximos de -1% em termos homólogos. Contribuiu para esta trajetória a boa campanha agrícola, especialmente de produtos frescos, com reflexo na evolução dos preços da classe produtos alimentares e bebidas não alcoólicas. A subida dos preços das matérias-primas, com destaque para os bens energéticos, constitui o principal fator da inversão da trajetória registada no segundo trimestre de 2021, com as autoridades a esperarem, contudo, que a inflação se mantenha abaixo de 2% ao longo do ano.

A paralisação quase total do setor do turismo tem vindo a ter reflexos negativos diretos na **balança corrente,** que atingiu um défice de 15,9% do PIB em 2020, após ter sido praticamente nulo em 2019. Para além da forte redução das exportações de serviços, incluindo as receitas de transportes, as exportações de bens foram também bastante afetadas, dado que grande parte são reexportações em portos e aeroportos. A deterioração do saldo corrente foi amenizada pela contração das importações, decorrente da menor atividade económica, e pela resiliência das remessas de emigrantes. Estas tendências têm-se mantido ao longo dos primeiros meses de 2021, ainda que as projeções para o conjunto do ano apontem para uma redução do défice corrente, para 11,4% do PIB, com a esperada retoma do turismo no último trimestre.

As reservas têm vindo a reduzir-se desde agosto de 2020, tendo terminado o ano com um *stock* de 579 milhões de EUR (diminuição de 82 milhões de EUR face a dezembro de 2019), apesar das entradas de investimento direto estrangeiro e dos desembolsos de empréstimos contraídos pelo Estado. Esta tendência continuou em 2021, perdendo-se mais 59 milhões de EUR até maio. Com as importações igualmente em redução, o grau de cobertura continua robusto, com o *stock* de maio de 2021 (520 milhões de EUR) a fixar-se em 6,8 meses das importações de bens e serviços previstas para o conjunto do ano, mantendo margem para sustentação do regime cambial de *peg* ao euro.

As dificuldades estendem-se igualmente às contas públicas, face à diminuição da receita e à pressão sobre as despesas. O **défice orçamental** subiu para 9,5% do PIB em 2020 (2,4% em 2019) e prevê-se novo aumento em 2021 (para 11,3%). Registou-se menor arrecadação de impostos (com a redução da atividade económica e as moratórias fiscais) e de receitas não fiscais (com destaque para as taxas de portos e aeroportos), bem como uma redução das entradas de donativos, principalmente de ajuda orçamental. Por outro lado, observou-se um acréscimo dos gastos com as medidas de contenção da pandemia (tratamento e vacinação) e de mitigação dos impactos sobre famílias e empresas (linhas de crédito garantidas, *layoff*, subsídio de isolamento profilático, subsídio de desemprego, entre outros). Houve, no entanto, um esforço de contenção da despesa não essencial e a diminuição dos juros, em virtude das moratórias sobre o serviço da dívida externa no âmbito da *Debt Service Suspension Initiative*, e da emissão de obrigações do Tesouro a taxas mais favoráveis.

As necessidades de financiamento público para cobrir o défice e as operações em ativos financeiros (incluindo participações em empresas públicas e empréstimos contraídos a serem passados para

entidades públicas), têm vindo a ser satisfeitas com recurso a financiamento externo e interno. O Estado tem recorrido aos apoios garantidos junto de instituições financeiras internacionais e regionais, através de empréstimos nomeadamente do Banco Mundial, do FMI e do Banco Africano de Desenvolvimento. Aproveitando taxas mais favoráveis, o recurso à emissão de títulos do Tesouro com colocação no mercado interno tem também sido significativo. A dívida pública teve assim um crescimento considerável em 2020, para 155% do PIB, tendência que se mantém em 2021, com as estimativas a apontarem para que termine o ano em 157% do PIB.

O comportamento da massa monetária tem sido condicionado pelos desenvolvimentos na posição externa do sistema bancário, com a erosão das reservas externas oficiais e o desfazer de posições dos bancos em depósitos à ordem no exterior. No entanto, o crédito ao setor público administrativo (com as emissões de títulos do Tesouro) e o crédito ao setor privado (potenciado pelas linhas de crédito garantidas pelo Estado) têm contribuído para a redução do excesso de liquidez do sistema. Sobretudo desde o início de 2021, têm-se registado reduções no acesso à facilidade de absorção (montantes inferiores e menor frequência de operações) e das reservas excedentárias. A contração prevista da massa monetária em 2021 está igualmente ligada à passagem dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira detidos pelo Banco de Cabo Verde (títulos públicos garantidos por recursos sediados num *Trust Fund* gerido no exterior), para o Instituto Nacional de Previdência Social (4,6 mil milhões de CVE).

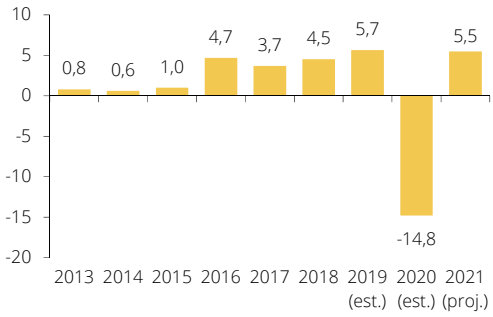
Integrado no esforço de apoio à liquidez das empresas, o Banco de Cabo Verde (BCV) tomou também medidas em 2020 para fomentar a concessão de crédito pelo sistema bancário, nomeadamente a redução das taxas dos seus instrumentos (incluindo do coeficiente de reservas de caixa), a criação de um novo instrumento de cedência de liquidez de prazo mais longo, a diminuição do rácio de solvabilidade mínimo e a não consideração das moratórias nos requisitos prudenciais e rácios de atividade das instituições bancárias. O BCV prevê continuar as condições acomodatícias durante 2021, desde que a inflação permaneça num nível relativamente baixo e estável.

A maior atividade do setor bancário tem sido acompanhada por uma melhoria, em termos homólogos, dos rácios de solvabilidade e do crédito em risco de incumprimento, sem penalização da rendibilidade. Em termos de *funding*, destaque para o crescimento do ritmo de constituição de depósitos de emigrantes, mais acelerado desde o início de 2021, e para a subida gradual do recurso às OMF (operações de financiamento dos bancos a prazos mais longos, com uma taxa de 0,75%), com um montante vivo de quase 6 mil milhões de CVE no final de maio de 2021.

Em abril de 2021, Cabo Verde concluiu com avaliação positiva o programa com o FMI ao abrigo do *Policy Coordination Instrument*, o qual não inclui assistência financeira. Contudo, para cobrir necessidades da balança de pagamentos provocadas pelos impactos da pandemia, as autoridades cabo-verdianas beneficiaram, em abril de 2020, de recursos daquela instituição através da *Rapid Credit Facility*, num total de 32,3 milhões de USD.

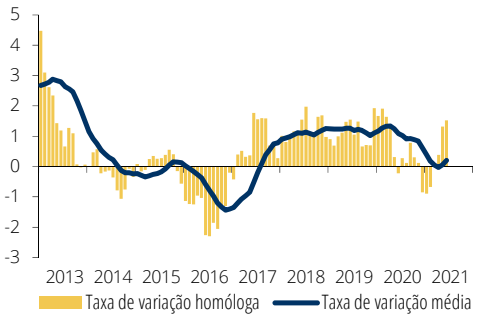
Ainda que com o processo global de vacinação a avançar, tanto em Cabo Verde como nos seus principais parceiros, o nível de incerteza é elevado, subsistindo um risco importante de prolongamento da situação pandémica, o que poderá condicionar a retoma da atividade económica, com efeitos nas contas públicas e externas.

Gráfico II.2.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em percentagem



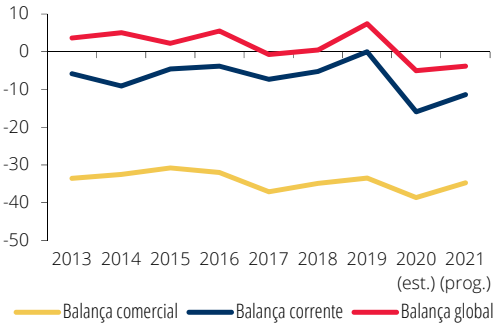
A pandemia teve efeitos severos em Cabo Verde, levando a economia a uma contração expressiva em 2020. As previsões apontam para a recuperação em 2021, para perto dos ritmos anteriores, com base na retoma do turismo no último trimestre.

Gráfico II.2.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em percentagem



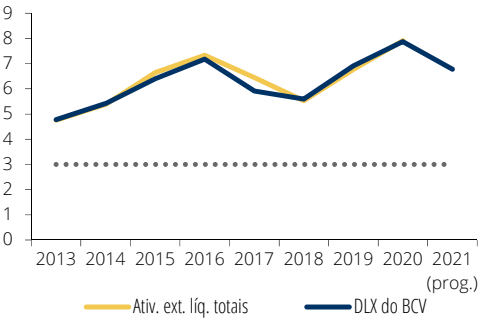
Após anos de estabilização, as taxas de inflação iniciaram trajetória descendente em meados de 2020, contando com o bom ano agrícola. A subida dos preços dos bens energéticos em 2021 inverteu essa tendência, ainda que para níveis controlados.

Gráfico II.2.3 • Balança de pagamentos | Em percentagem do PIB



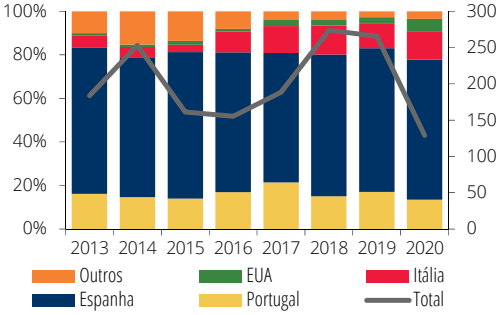
As restrições às deslocações afetaram o turismo e atividades conexas, levando à degradação da balança corrente em 2020. O reinício esperado das viagens turísticas deverá melhorar as contas externas em 2021.

Gráfico II.2.4 • Reservas cambiais | Em meses de importações de bens e serviços



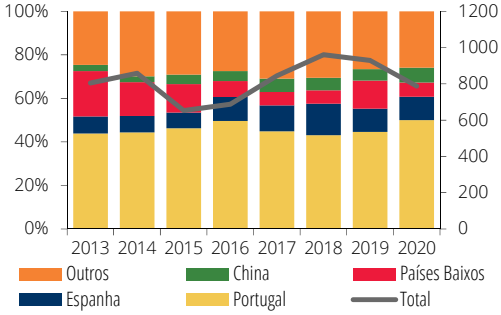
Apesar da deterioração das contas externas, o grau de cobertura das importações pelas reservas cambiais mantém-se robusto. A menor atividade induz menos importações, pelo que deverá ser assegurada uma cobertura de 6,8 meses em 2021.

Gráfico II.2.5 • Exportações de mercadorias | Destinos em percentagem, total em mil milhões de USD



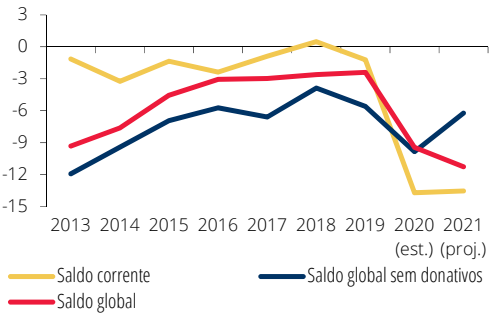
Não obstante a diminuição registada, manteve-se praticamente inalterada em 2020 a estrutura geográfica das exportações cabo-verdianas, com Espanha, Portugal e Itália a representarem, em conjunto, 91% do total.

Gráfico II.2.6 • Importações de mercadorias | Origens em percentagem, total em milhões de USD



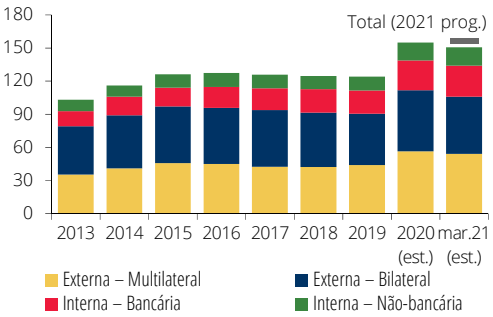
As importações de Cabo Verde tiveram origem num grupo reduzido de mercados, com Portugal, Espanha e Países Baixos a fornecerem 67% dos produtos importados em 2020, embora a China tenha vindo progressivamente a ganhar peso.

Gráfico II.2.7 • Saldos orçamentais | Em percentagem do PIB



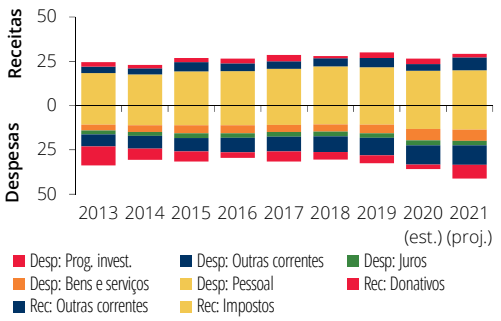
A redução das receitas públicas e a pressão sobre as despesas provocadas pela pandemia interromperam o esforço de consolidação das contas públicas registado até 2019, provocando uma degradação dos saldos orçamentais.

Gráfico II.2.8 • Dívida pública | Em percentagem do PIB



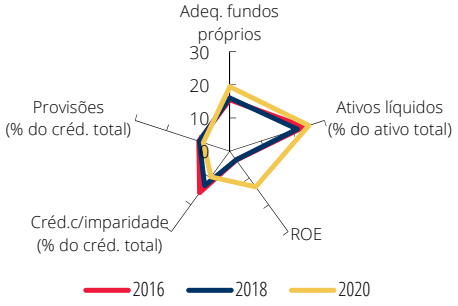
As necessidades de financiamento suplementares provocadas pela crise pandémica obrigaram a um esforço das autoridades, provocando um salto na dívida pública total, a qual deverá chegar perto de 157% do PIB em 2021.

Gráfico II.2.9 • Receitas e despesas públicas | Em percentagem do PIB



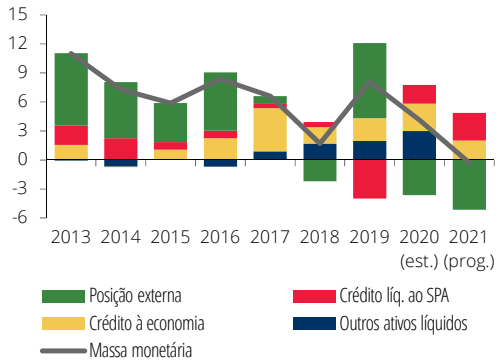
A redução da atividade e as moratórias fiscais diminuíram a coleta de impostos, ainda acompanhada por menores receitas não fiscais e donativos. O combate à pandemia aumentou as despesas correntes, apesar da contenção introduzida.

Gráfico II.2.10 • Indicadores de estabilidade financeira | Em percentagem



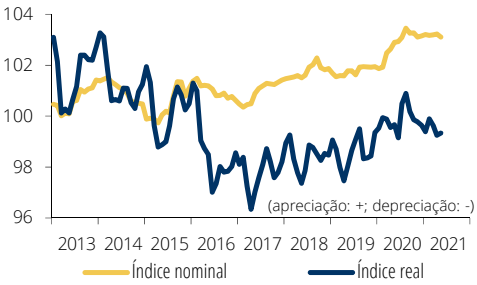
A dinamização do crédito tem feito aumentar a atividade do setor bancário, que tem apresentado melhores rácios de solvabilidade e de crédito em risco de incumprimento, sem penalização da rendibilidade.

Gráfico II.2.11 • Fatores de variação da liquidez | Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária



A maior dinâmica do crédito à economia e ao setor público compensou a deterioração da posição externa em 2020. Em 2021, o crescimento do crédito interno não será suficiente para evitar a contração da massa monetária.

Gráfico II.2.12 • Taxas de câmbio efetivas | Índices base 100: 2010, médias mensais



Desde meados de 2020 que a taxa de câmbio efetiva nominal do CVE se tem mantido estável, mas com tendência de depreciação em termos reais, face ao estreitamento dos diferenciais de inflação para os níveis europeus e da China.

Quadro II.2.1 • Principais indicadores económicos

		2018	2019	2020		2021		
			Est	Prog.	Est.	Prog.	Est.	
Produto e preços								
PIB nominal	milhões de EUR	1666	1770	1666	1496	1593	–	
PIB real	taxa de variação anual	4,5	5,7	-6,8	-14,8	5,5	5,6	1.º sem.
Produto *per capita*	USD, em PPP[a]	7029	7471	–	6424	–	–	
Inflação (IPC)	taxa variação homóloga	1,0	1,9	1,3	-0,9	1,2	1,5	jun.
Inflação (IPC)	taxa de variação média	1,3	1,1	1,3	0,6	1,2	0,2	jun.
Finanças públicas								
Receitas totais	% do PIB	27,9	30,1	29,2	26,5	29,2	–	
Donativos	% do PIB	1,3	3,2	4,4	3,1	2,0	–	
Despesas totais	% do PIB	30,4	32,5	40,5	35,8	41,2	–	
Saldo global (base compromissos)	% do PIB	-2,6	-2,4	-11,4	-9,5	-11,3	–	
Dívida pública	% do PIB	124,7	124,1	145,8	154,9	156,6	150,6	mar.
Externa	% do PIB	91,4	90,6	107,1	111,6	112,1	105,9	mar.
Interna	% do PIB	33,3	33,5	38,7	43,3	43,7	44,7	mar.
Moeda e crédito								
Crédito líquido ao SPA	taxa de variação anual	2,9	-22,4	-25,9	15,1	20,3	-9,1	mai.[c]
Crédito à economia	taxa de variação anual	2,8	3,9	4,7	4,8	3,4	2,3	mai.[c]
Massa monetária (M3)	taxa de variação anual	1,7	8,1	-6,3	4,1	-0,3	-1,5	mai.[c]
Taxas de juro[d]								
Depósitos a 1 ano (média das OIM)	taxa anual	2,4	2,0	–	1,5	–	1,5	mai.
Cedência de liquidez	taxa anual	4,5	3,0	–	0,5	–	0,5	jun.
Bilhetes do Tesouro, a 91 dias	taxa anual	1,0	1,1	–	–	–	1,0	fev.
Estabilidade financeira								
Adequação dos fundos próprios[e]	%	16,1	17,7	–	17,7	–	18,1	mar.
Crédito com imparidade/crédito total	%	12,9	10,8	–	10,8	–	11,7	mar.
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	%	3,2	16,6	–	16,6	–	–	
Balança de pagamentos								
Balança corrente	% do PIB	-5,3	0,0	-15,0	-15,9	-11,4	–	
Balança corrente e de capital	% do PIB	-4,5	0,5	-14,0	-14,8	-10,7	–	
Reservas oficiais	meses de importações[f]	5,6	6,9	7,0	7,9	6,8	6,8	mai.
Taxas de câmbio								
EUR/CVE	taxa média	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3	jun.
USD/CVE	taxa média	93,4	98,5	100,6	96,8	90,5	90,9	mai.
ITCE nominal[g]	taxa de variação anual	0,4	0,1	–	1,2	–	0,0	mai.[c]
ITCE real[g]	taxa de variação anual	0,3	0,9	–	0,3	–	-0,3	mai.[c]

Fontes: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças de Cabo Verde, INE-CV, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal. | Notas: (a) Paridade do poder de compra; (b) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira; (c) Variação face a dezembro anterior; (d) Médias mensais (dezembro para os valores anuais); (e) Capital regulamentar/ativo ponderado pelo risco; (f) Importações e exportações de bens e serviços; (g) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE) apurado com base nas taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais, com ponderadores variáveis de comércio internacional, considerando exportações e importações de mercadorias (apreciação: +; depreciação: -).

3 Guiné-Bissau

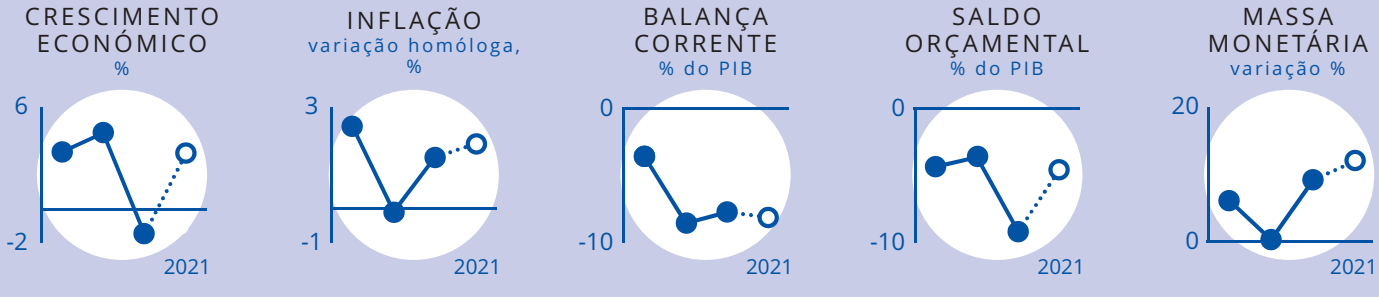
Área 36 125 km²
Capital Bissau
População 1,9 milhões (2020; fonte: Nações Unidas)
Moeda Franco CFA

O crescimento económico sustentado e inclusivo na Guiné-Bissau tem sofrido vários revezes nos últimos anos. O enquadramento institucional tem constrangido a implementação de reformas estruturais, o investimento em infraestruturas essenciais, a retenção de capital humano e o crescimento do setor privado. O desenvolvimento económico é igualmente condicionado pela estrutura produtiva, fortemente dependente das exportações de castanha de caju não processada (em 2020 representava 96% das exportações), setor particularmente exposto a riscos climáticos e às condições do mercado internacional. Estes fatores refletem-se na volatilidade das taxas de crescimento anuais, condicionando a evolução do PIB *per capita* cuja variação média anual foi inferior a 1%, entre 2000 e 2019.

A pandemia coincidiu com o rescaldo do diferendo eleitoral das presidenciais de 2019. O impasse eleitoral foi ultrapassado em junho de 2020 com a aprovação do programa do novo governo com apoio da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. Em 2020, a quebra na procura externa e no preço internacional do caju, as medidas de combate à emergência social e sanitária e as cheias ocorridas em setembro conduziram ao recuo estimado de 1,4% do produto, à degradação das contas externas, à deterioração do saldo orçamental e ao agravamento da dívida pública.

As disrupções impostas pela pandemia e pelas cheias deverão continuar a condicionar o crescimento da economia em 2021, considerando a reduzida dimensão do setor financeiro e o acentuado grau de informalidade. O governo apresenta uma agenda focada na consolidação fiscal, na sustentabilidade da dívida, no reforço da governação pública e no combate à corrupção. Para suporte dessas políticas, as autoridades acordaram com o FMI em julho de 2021 um *Staff Monitored Program* de nove meses, tendo em vista um potencial acordo ao abrigo da *Extended Credit Facility* em 2022.

A contenção do surto epidémico e a estabilidade política constituem fatores chave para as perspetivas de crescimento da economia guineense. A recente estabilização da situação política e a reaproximação do país à comunidade internacional tem catalisado a mobilização de apoio externo e o financiamento concessional, determinantes para assegurar a sustentabilidade da dívida, a implementação de reformas estruturais e o combate à pobreza.



A pandemia COVID-19 e as cheias que atingiram o país em 2020 agravaram os índices de pobreza e de desigualdade da população. Em 2020, estima-se um recuo de 1,4% do PIB, face a um **crescimento** de 0,3% na União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), com o setor do caju a ressentir-se do colapso da procura e dos preços internacionais e de atrasos no lançamento da campanha, devido às limitações à circulação e ao fecho de fronteiras. Do mesmo modo, as medidas de contenção da epidemia induziram a contração da procura interna, pesando sobre o consumo, o emprego e o investimento. As cheias de setembro agudizaram as disrupções sobre a atividade económica, nomeadamente sobre o setor agrícola e as infraestruturas.

A evolução positiva da pandemia, a recuperação do comércio internacional e a estabilização da situação política constituem os principais fatores da recuperação económica em 2021. O setor exportador do caju deverá beneficiar da dinamização da procura e do preço internacional. Além disso, o levantamento gradual das medidas de contenção tem contribuído para a dinamização da procura interna, a que se soma o contributo da estabilização da situação política sobre as condições de financiamento da economia. O FMI aponta para uma expansão do PIB em 2021 de 3,3%, estimando-se um crescimento em termos homólogos de 2,7% no primeiro trimestre.

A inflação permaneceu baixa, não obstante a pressão resultante das perturbações no comércio internacional e os estímulos de política monetária. Em 2020, registou-se uma aceleração dos preços, com a taxa de inflação homóloga a aumentar de -0,1% em 2019 para 1,5% em 2020. Os preços dos bens alimentares, maioritariamente importados, afiguram-se como o principal fator impulsionador do crescimento dos preços. As projeções apontam para uma inflação homóloga de 1,9% em 2021, refletindo a recuperação da procura interna, a evolução dos preços de bens alimentares e, em menor grau, dos preços internacionais do petróleo.

As dificuldades impostas pela pandemia refletiram-se na degradação das **contas externas** em 2020, dando origem a necessidades de financiamento. O colapso da procura e do preço internacional do caju provocou o recuo de 22% das exportações de bens, ao passo que as importações de bens mostraram rigidez consistente com a manutenção do consumo essencial, em particular de bens alimentares e medicamentos. O défice da balança corrente de 7,6% do PIB (8,4% em 2019) reflete o alargamento do défice comercial, parcialmente compensado pelo reforço das remessas de emigrantes em 3 pp do PIB. Registou-se um défice externo global de 2,3% do PIB maioritariamente justificado pela contração do investimento direto estrangeiro, e que foi financiado em grande medida pela alienação de reservas internacionais.

Em 2021, estima-se um défice externo de 0,8% do PIB, com a forte dependência das importações a limitar a margem de ajustamento na balança. Além dos bens de consumo essencial, pesarão sobre as contas externas a procura por bens de capital e de consumo intermédio necessários para reforçar o setor da saúde e recuperar as infraestruturas, bem como a subida dos preços internacionais de petróleo, pesarão sobre as contas externas. A recuperação das exportações, impulsionadas pela dinamização da procura e preços internacionais do caju, não será suficiente para evitar um défice na balança corrente, que se projeta em 8% do PIB em 2021. O acesso à *Rapid Credit Facility* (RCF) do FMI garantirá o financiamento de 35% do défice externo, esperando-se financiamento concessional adicional de outras organizações multilaterais e de doadores bilaterais.

As medidas de combate à crise económica e sanitária e o crescimento negativo refletiram-se numa deterioração das **contas públicas** em 2020, estimando-se um saldo global de -9,1% do PIB e um saldo primário de -7,7% do PIB. As receitas correntes recuaram 0,7 pp para 11,2% do PIB, ressentindo-se da quebra na arrecadação relacionada com as exportações de castanha de caju e dos impostos sobre as vendas de bens importados (15% e 32% das receitas em 2019, respetivamente) a que se soma o efeito das limitações à circulação sobre o cumprimento fiscal. Por seu turno, a pandemia obrigou ao incremento

da despesa para acudir à emergência sanitária e económica, em 3,4% do PIB, além do programa de financiamento da campanha de caju que ascendeu a 1,8% do PIB. A deterioração da situação orçamental criou necessidades de financiamento estimadas em 5,2% do PIB, agravando o rácio da dívida pública em 9 pp para 72% do PIB. O executivo beneficiou de financiamento externo concessional, com destaque para o apoio orçamental concedido pelo Banco Mundial, pelo Banco Islâmico de Desenvolvimento e o acesso ao *Catastrophe Containment and Relief Trust* do FMI. O governo recorreu igualmente ao mercado da UEMOA, incluindo emissões do Tesouro junto dos bancos comerciais a taxas não concessionais, o que agravou o custo da dívida.

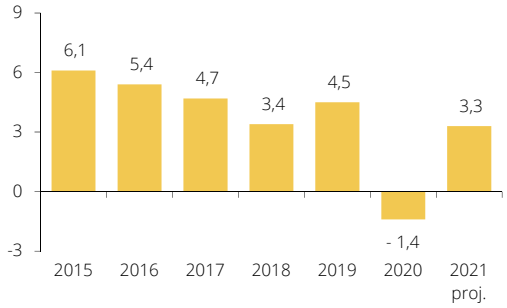
Em 2021, o executivo assumiu uma estratégia de consolidação orçamental através de medidas de mobilização da receita fiscal e racionalização da despesa corrente, em particular dos salários. Até 2025, o governo tem como objetivo a redução do défice fiscal para 3% do PIB e, até 2026, do rácio da dívida pública para 70% do PIB, em conformidade com os critérios de convergência da UEMOA, atualmente suspensos. O orçamento de 2021 prevê um défice global de 4,6%, um défice primário de 2,6% e o agravamento do rácio da dívida pública de 6 pp, para 78% do PIB. Um elemento central da estratégia de sustentabilidade do executivo passa pelo alívio da pressão decorrente de financiamento não concessional no mercado da UEMOA. A estabilização da situação política, a estratégia de reaproximação à comunidade internacional e os recente acordos celebrados com o FMI têm reforçado a credibilidade externa da economia, catalisando financiamento externo concessional. Nesse âmbito destaca-se o RCF acordado com o FMI, os apoios orçamentais já garantidos junto do Banco Mundial, do Banco Africano de Desenvolvimento e do governo francês e a adesão à *Debt Service Suspension Initiative.*

A **política monetária** reagiu procurando dissipar receios sobre a escassez de liquidez, com o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) a satisfazer a totalidade das necessidades expressas pelos bancos nas janelas de refinanciamento a uma taxa única de 2%, tendo adicionalmente alargado o enquadramento de colaterais a ativos de empresas não financeiras. A disrupção da atividade económica causou pressões de tesouraria e sobre o cumprimento no mercado de crédito, parcialmente atenuadas por ajustes regulatórios e moratórias. Face ao impacto nas finanças públicas, foi assegurado acesso ao mercado financeiro da UEMOA a baixo custo, enquanto os Estados-membros aguardavam a mobilização de financiamento pelos parceiros externos.

A desaceleração económica e o aumento da incerteza agravaram as fragilidades do **sistema bancário**, pressionando a qualidade da carteira de ativos. O reduzido rácio de capital do sistema bancário reflete a insuficiência de capital de um banco com importância sistémica, apesar do processo de recapitalização levado a cabo pelo governo em 2019. O crédito à economia registou um crescimento modesto em 2020, não obstante o impacto da instabilidade política sobre o financiamento habitualmente concedido a agricultores e exportadores antes da campanha do caju. A liquidez providenciada pelo BCEAO terá evitado a contração abrupta no crédito à economia, permitindo simultaneamente a acumulação de ativos líquidos no setor bancário através da aquisição de obrigações soberanas no mercado da UEMOA.

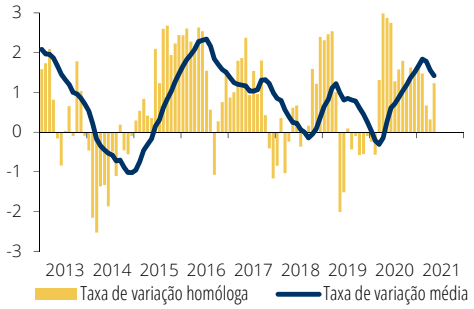
Constituem-se como principais **riscos** para a economia guineense a persistência da crise sanitária e o recrudescimento da instabilidade política, num quadro de elevada dívida pública. A contenção da epidemia e o sucesso da vacinação contribuirão para a dinamização da procura interna e para uma boa campanha de caju. A amenização da situação política guineense contribui para conter o risco de agravamento de tensões sociais, crucial para a implementação de um plano de reformas orçamentais e estruturais. A médio prazo, o crescimento da economia dependerá também da mobilização de apoio externo, em particular das negociações com o FMI, fator essencial para a implementação de reformas estruturais, nomeadamente o investimento em infraestruturas, e para a sustentabilidade da dívida pública.

Gráfico II.3.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em percentagem



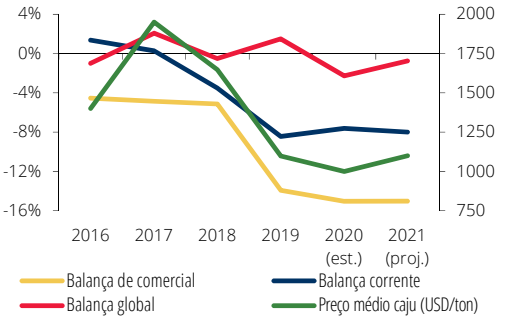
A pandemia de COVID-19 e as cheias tiveram um impacto profundo sobre a atividade económica em 2020, interrompendo o seu crescimento. Espera-se uma recuperação gradual em 2021.

Gráfico II.3.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em percentagem



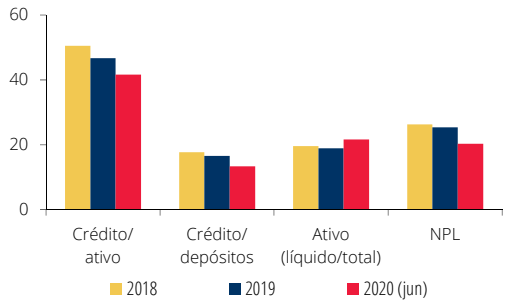
A inflação permaneceu ancorada apesar dos estímulos inflacionários. A aceleração do preços em 2020-2021 reflete o aumento nos preços das importações de bens de consumo essencial.

Gráfico II.3.3 • Balança de pagamentos e preço do caju | Em % do PIB, preço médio do caju em USD por tonelada



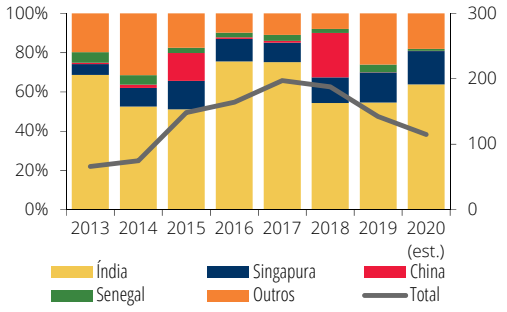
O saldo da balança corrente depende do preço internacional do caju, expondo a fragilidade do tecido produtivo guineense.

Gráfico II.3.4 • Indicadores de estabilidade financeira, em percentagem



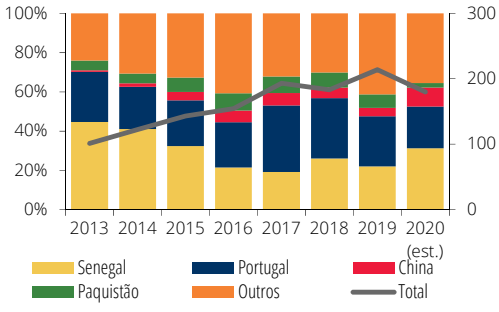
As políticas de cedência de liquidez do BCEAO permitiram a acumulação de ativos líquidos do setor bancário relativamente ao crescimento do crédito.

Gráfico II.3.5 • Exportações de mercadorias | Destinos em percentagem, total em mil milhões de FCFA



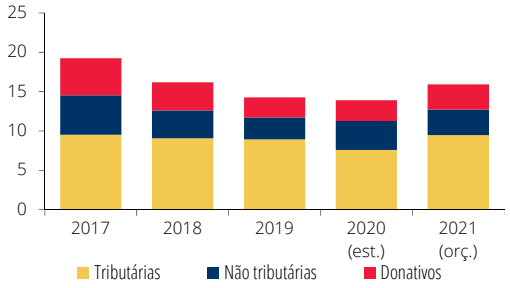
A queda nos preços e na procura do caju conduziu a uma contração das exportações. A Índia, que possui um setor exportador de caju processado, é o principal destino das exportações.

Gráfico II.3.6 • Importações de mercadorias | Origens em percentagem, total em mil milhões de FCFA



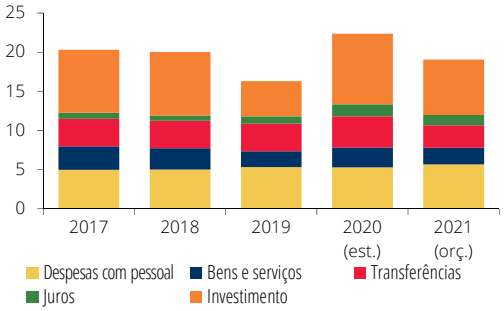
A ligeira quebra nas importações face à forte quebra na atividade refletiu a maior rigidez do consumo de bens essenciais e a quebra dos preços internacionais do petróleo.

Gráfico II.3.7 • Receitas públicas | Em percentagem do PIB



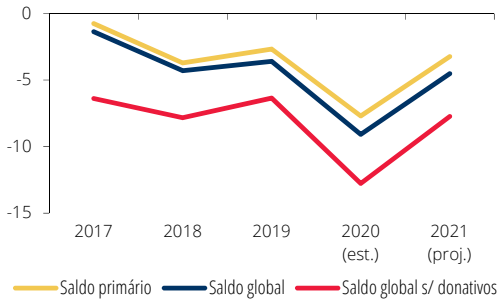
Em 2020, a recessão explicou a quebra de receitas, igualmente afetadas pelas medidas de restrição às deslocações necessárias ao cumprimento fiscal.

Gráfico II.3.8 • Despesas públicas | Em percentagem do PIB



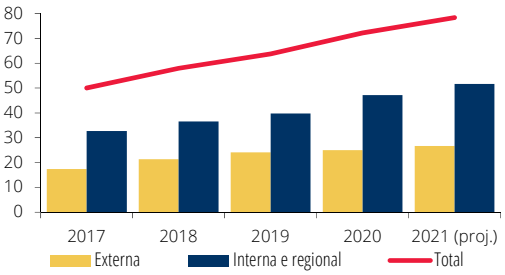
A rigidez dos salários públicos vem limitando o ajustamento orçamental. Os níveis de investimento público têm-se mantido, graças ao financiamento externo multilateral.

Gráfico II.3.9 • Saldos orçamentais | Em percentagem do PIB



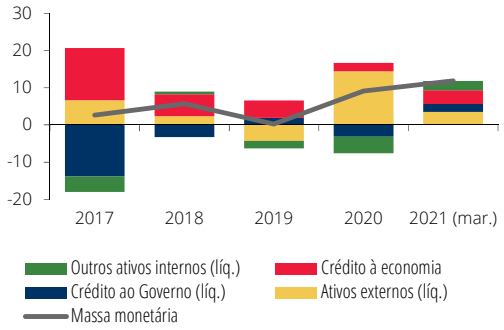
A quebra nas receitas e o aumento dos gastos, em virtude da emergência sanitária, agravaram as contas públicas. O espaço orçamental é fortemente dependente do apoio externo.

Gráfico II.3.10 • Dívida pública | Em percentagem do PIB



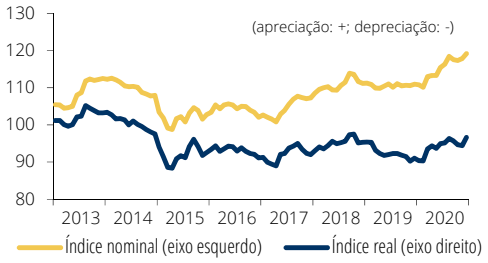
O agravamento do défice orçamental reflete-se no maior endividamento público. A crescente dependência de financiamento interno e regional não concessional agravaram o custo do serviço da dívida.

Gráfico II.3.11 • Fatores de variação da liquidez | Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária



O crescimento da massa monetária em 2020 reflete as políticas de cedência de liquidez do BCEAO, permitindo a acumulação de ativos líquidos sobre o exterior e a resiliência do crédito à economia.

Gráfico II.3.12 • Taxas de câmbio efetivas | Índices base 100: 2010, médias mensais



A desvalorização da rupia indiana face ao franco CFA é o principal fator de perda de competitividade externa da economia guineense.

Quadro II.3.1 • Principais indicadores económicos

		2018	2019	2020		2021		
			Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.	
Produto e preços								
PIB nominal	milhões de EUR	1303	1349	1218	1364	1422	–	
PIB real	taxa de variação anual	3,4	4,5	-1,9	-1,4	3,3	–	
Produto *per capita*	USD, em PPP[a]	1948	2021	–	1949	–	–	
Inflação (IPC)	taxa variação homóloga	2,4	-0,1	1,1	1,5	1,9	1,2	mai.
Inflação (IPC)	taxa de variação média	0,4	0,2	0,8	1,5	–	1,4	mai.
Finanças públicas								
Receitas totais	% do PIB	15,1	14,7	13,7	19,7	14,2	–	
Despesas totais	% do PIB	19,3	18,3	25,0	25,2	22,9	–	
Saldo global	% do PIB	-4,3	-3,6	-11,4	-9,1	-4,5	–	
Saldo global sem donativos	% do PIB	-7,8	-6,3	-15,7	-12,8	-7,7	–	
Dívida pública	% do PIB	57,9	63,8	–	72,2	78,4	–	
Externa	% do PIB	21,4	24,1	–	25,0	26,7	–	
Interna e regional	% do PIB	36,6	39,7	–	47,2	51,7	–	
Moeda e crédito								
Crédito líquido ao SPA	taxa de variação anual	-18,7	13,8	2,8	-19,7	–	18,1	mar.
Crédito à economia	taxa de variação anual	21,5	13,8	2,1	5,9	–	10,0	mar.
Massa monetária (M2)	taxa de variação anual	6,1	0,3	1,2	9,1	–	11,9	mar.
Taxas de juro								
Passiva, entre 6 meses e 1 ano	taxa anual	4,0	4,0	–	3,0	–	–	
Ativa, entre 6 meses e 1 ano	taxa anual	8,6	7,3	–	6,6	–	–	
Estabilidade financeira								
Adequação dos fundos próprios (b)	%	-5,4	-2,0	–	-2,6	–	–	
Incumprimento/crédito total (b)	%	26,3	25,4	–	20,3	–	–	
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	%	17,2	79,6	–	–	–	–	
Balança de pagamentos								
Balança corrente	% do PIB	-3,5	-8,4	-12,7	-7,6	-8,0	–	
Balança corrente sem transferências oficiais	% do PIB	-4,7	-9,6	-9,9	-8,9	-10,7	–	
Taxas de câmbio								
EUR/Franco CFA	taxa média	656,0	656,0	656,0	656,0	–	656,0	jun.
USD/Franco CFA	taxa média	555,7	586,0	–	575,6	–	544,5	jun..
ITCE nominal[c]	taxa de variação anual	3,6	-0,2	–	7,5	–	–	
ITCE real[c]	taxa de variação anual	3,6	-4,5	–	6,1	–	–	

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional, cálculos do Banco de Portugal e Banco Central Europeu. | Notas: (a) Paridade do poder de compra; (b) Valores de 2020 são relativos a junho; (c) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE) apurado com base nas taxas de câmbio dos principais pareceiros comerciais, com poderadores variáveis de comércio internacional, considerando exportações e importações de mercadorias (apreciação: +; depreciação: -).

4 Moçambique

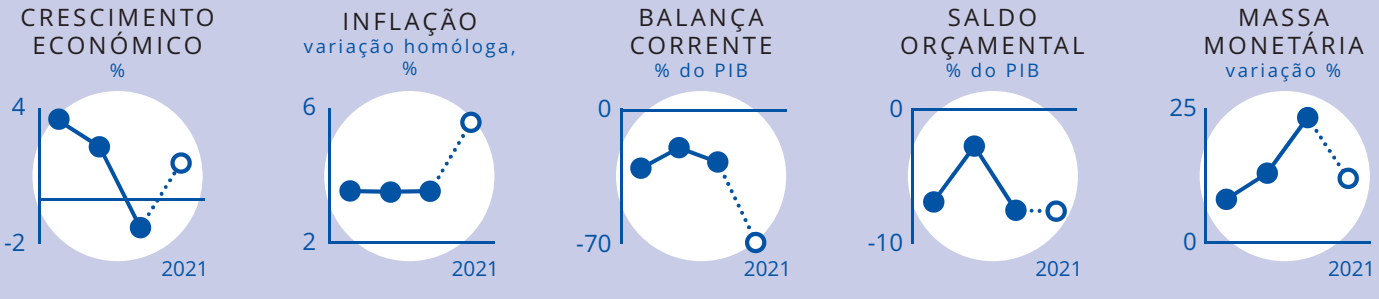
Área 799 380 km²
Capital Maputo
População 31,3 milhões (2020; fonte: Nações Unidas)
Moeda Metical

A queda da procura externa e o efeito das medidas de controle da pandemia de COVID-19 sobre a atividade produtiva e sobre o consumo explicam a contração de 1,2% do produto em 2020. Esta evolução segue-se a um prolongado período de abrandamento económico, desencadeado pelos choques adversos de 2015-2016 e pelo efeito devastador dos ciclones tropicais de 2019. A crise pandémica colocou em evidência as vulnerabilidades de um modelo de crescimento económico muito exposto a choques globais, dada a elevada dependência dos grandes projetos e das exportações de matérias-primas.

Consciente das fragilidades do sistema de saúde moçambicano para enfrentar a emergência sanitária, o governo implementou, de forma célere, normas de distanciamento social, restrições à mobilidade e promoveu regras de prevenção dos contágios, a partir do final de março de 2020. Em simultâneo, antecipando os custos económicos e sociais da crise pandémica, foram criadas medidas de apoio à economia, de natureza orçamental, monetária e macroprudencial e, em abril de 2020, foi solicitado apoio financeiro internacional urgente para limitar a deterioração dos saldos orçamental e externo. Até final de janeiro de 2021, as autoridades moçambicanas tinham recebido 669 milhões de USD, dos quais 309 relativos ao desembolso da *Rapid Credit Facility* do FMI, beneficiando igualmente dos programas de alívio de dívida ao abrigo do *Catastrophe Containment and Relief Trust* do FMI e do *Debt Service Suspension Initiative* promovida pelo G20.

A queda das receitas orçamentais e o acréscimo das despesas com defesa e segurança reduziram o espaço de política orçamental e conduziram ao aumento da dívida pública em 2020. Em contrapartida, a estabilidade de preços alcançada nos últimos anos permitiu uma maior flexibilização das condições monetárias, salvaguardando o financiamento à economia e mitigando a deterioração da qualidade do crédito.

De acordo com as projeções do FMI para 2021, a recuperação económica deverá prosseguir a um ritmo lento, estando sobretudo dependente de três fatores de risco, que foram já materializados no primeiro semestre de 2021 e que subsistem no horizonte de análise: pandemia de COVID-19, conflitos armados e fenómenos meteorológicos adversos.



A **atividade económica** registou uma contração de 1,2% em 2020, refletindo a quebra da atividade nas indústrias extrativas, devido à queda da procura externa e à descida dos preços das matérias-primas, em particular no primeiro semestre. A indústria transformadora, o comércio e os serviços registaram quebras de atividade significativas, face ao decréscimo da procura interna, em parte causado pelas restrições de mobilidade e pelas medidas de distanciamento social necessárias ao controle da pandemia, com destaque para o setor de hotelaria e restauração, que registou uma contração de 22,1%, em 2020. Realçam-se os contributos positivos do setor agrícola, beneficiando das condições meteorológicas favoráveis em 2020, e da produção elétrica. No primeiro trimestre de 2021, o produto cresceu 0,1% face ao período homólogo, devido aos contributos do setor agrícola, dos serviços financeiros e da administração pública, enquanto os setores mais afetados pela pandemia continuavam a registar quebras de atividade semelhantes às observadas no ano anterior.

A evolução positiva da procura global impulsionada pelos programas de estímulo fiscal e pelos avanços nas campanhas de vacinação, em particular nas economias desenvolvidas, deverá suportar a recuperação das receitas das principais matérias-primas exportadas por Moçambique (efeito preço e volume), contribuindo para o regresso da economia a taxas de crescimento positivas já a partir de 2021 (de 1,6% do PIB de acordo com as projeções do FMI).

A **inflação** permaneceu estável ao longo de 2020, a taxa média anual foi de 3,1% face a 2,8% em 2019, apesar da depreciação nominal do metical (registou-se uma redução de 14 pp da taxa de câmbio nominal efetiva, entre março e dezembro de 2020). Todavia, a evolução da inflação no primeiro semestre de 2021 e as projeções de curto e médio prazo alimentam a expetativa de aumento do nível médio dos preços em 2021. Esta tendência reflete as subidas dos preços dos bens alimentares (com o impacto dos ciclones que atingiram a região centro do país no final de dezembro de 2020 e em janeiro de 2021) e dos preços internacionais das principais matérias-primas importadas (como petróleo e cereais), que deverão persistir no médio prazo. A taxa de inflação anual deverá passar de 3,5% em 2020 para 5,5% em 2021. Estas projeções compreendem riscos que poderão acentuar as pressões inflacionistas acima referidas, nomeadamente associados a maiores necessidades de financiamento público, decorrentes da terceira vaga de COVID-19 ou do agravamento das condições de segurança no país.

Apesar da aprovação tardia do orçamento de Estado de 2020 ter permitido antecipar parcialmente os efeitos da pandemia, foi necessário elaborar um orçamento retificativo, em novembro. As principais alterações resultaram em (i) redução das receitas fiscais, em linha com a revisão dos pressupostos macroeconómicos e das medidas fiscais implementadas ao abrigo do plano de resposta à COVID-19; (ii) aumento das despesas relacionadas com a pandemia, como apoios a empresas e transferências correntes para as famílias, e com outras áreas, como educação, infraestruturas, agricultura, transportes e defesa e segurança; e (iii) acréscimo dos recursos externos, resultante dos desembolsos relativos aos compromissos assumidos pelos parceiros de cooperação para prevenção e combate à pandemia. No final de 2020, o saldo orçamental global, excluindo donativos, atingiu -11,3% do PIB, valor explicado pela deterioração do saldo corrente para 0,6% do PIB (queda das receitas em 4,9 pp do PIB e aumento das despesas em 2,4 pp do PIB). Considerando os donativos, o **saldo orçamental global** fixou-se em -7,7% do PIB (-2,8% do PIB, em 2019).

A **dívida pública** moçambicana atingiu 92,2% do PIB no final de 2020, aumentando 11,9 pp face ao final de 2019. Em igual período, a dívida pública interna passou de 16,3% para 20,1% do PIB, observando-se um acréscimo de 27,4% do stock de obrigações do Tesouro. A dívida pública externa passou de 64% do PIB, no final de 2019, para 72,2% do PIB, no final de 2020. De acordo com a avaliação do FMI (de abril de 2020), Moçambique permanece numa situação de sobre-endividamento mas sustentável,

tendo em conta o acréscimo projetado para as receitas públicas a partir de 2023, resultante da exploração dos projetos de gás natural participados pelo Estado na região norte do país.

A pressão sobre as finanças públicas permanecerá em 2021. Espera-se um acréscimo das despesas com a campanha de vacinação contra a COVID-19, das transferências sociais para mitigação dos efeitos dos ciclones e dos gastos com defesa e segurança. Do lado das receitas, destaca-se o efeito negativo do menor dinamismo da atividade económica e da redução do emprego, em especial atendendo à suspensão da atividade de um projeto de gás natural na bacia do Rovuma, na sequência do recrudescimento da insegurança na província de Cabo Delgado, no final de março de 2021. Os progressos alcançados na restauração da segurança nas zonas mais afetadas, a partir de agosto, deverão ter um impacto limitado sobre as contas públicas até ao final do ano. Antecipa-se um acréscimo de despesas de investimento e com apoios sociais, visando a criação de condições para o regresso dos refugiados e para a retoma da atividade industrial.

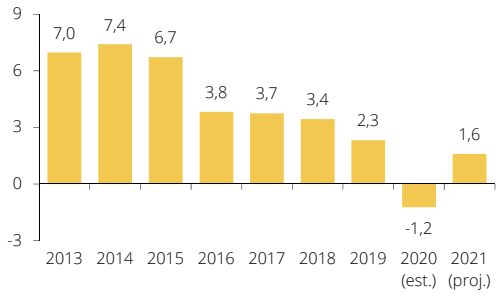
A recuperação dos preços das matérias-primas e da procura externa em 2020, em particular no segundo semestre, a par da disrupção da atividade doméstica, conduziram o saldo da balança comercial a -16,3% do PIB em 2020 (um decréscimo de 2,8 pp face a 2019). A evolução da balança comercial e a expansão dos encargos com a dívida externa contribuíram para a deterioração do défice da balança corrente, que atingiu 27,1% do PIB em 2020 (um aumento de 7,5 pp do PIB face a 2019). Apesar do aumento do investimento direto estrangeiro (para 17% do PIB, em 2020), as necessidades de financiamento externo líquidas ascenderam a 3,2% do PIB, em 2020, tendo sido supridas por recursos obtidos junto de organismos internacionais e parceiros de cooperação (resultando na acumulação de reservas brutas, estimadas em 7 meses de importações de bens e serviços, excluindo grandes projetos no final de 2020).

O défice da balança comercial deverá melhorar em 2021, em linha com a recuperação da procura global e com a continuada recuperação dos preços das matérias-primas exportadas, expetativa dependente da evolução da pandemia em alguns dos principais parceiros comerciais de Moçambique. A manutenção de condições de financiamento favoráveis nos mercados internacionais, a estabilidade cambial, bem como a recuperação da confiança dos investidores, serão fatores determinantes para salvaguardar o acesso ao financiamento externo.

A resposta da política monetária à crise pandémica traduziu-se numa maior flexibilização das condições de financiamento, realçando-se a redução da taxa diretora (taxa MIMO). A massa monetária registou um crescimento anual líquido de 23,6%, o maior desde 2013, correspondendo à expansão dos ativos externos líquidos (19,4%), do crédito ao governo (14,1%, em termos brutos) e do crédito à economia (7,4%). No final de janeiro de 2021, perante o aumento das perspetivas de inflação, o Banco de Moçambique iniciou o processo de reversão das condições acomodatícias de política monetária, aumentando a taxa MIMO em 300 pontos base, para 13,25%, sendo já percetível a subida das taxas de juro no mercado.

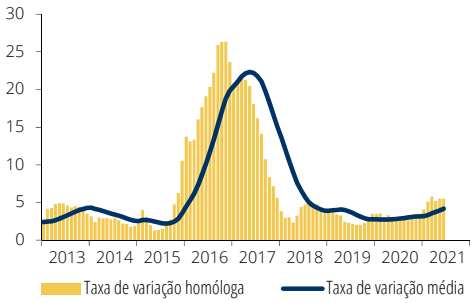
Os rácios de solvabilidade e liquidez do setor bancário no final de 2020 permaneciam em níveis estáveis e adequados. Registou-se um decréscimo do crédito concedido em moeda estrangeira e dos níveis de rendibilidade entre 2018 e 2020, em linha com a redução da margem financeira e com a maior rigidez dos custos operacionais. Embora o crédito em incumprimento se tenha mantido estável em 2020, o prolongamento dos efeitos da pandemia, a par da caducidade das medidas implementadas pelo banco central e de condições monetárias mais restritivas, poderá contribuir para a deterioração da qualidade do crédito em carteira.

Gráfico II.4.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em percentagem



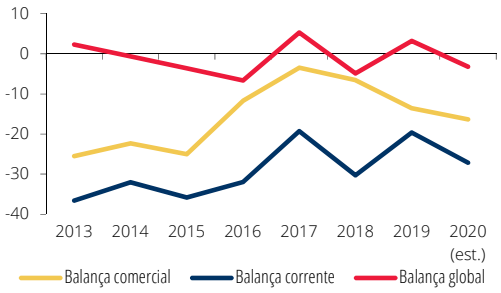
No ano do início da pandemia de COVID-19, Moçambique registou uma contração da atividade económica pela primeira vez nos últimos 30 anos. A retoma deverá prosseguir a ritmo moderado, considerando os riscos macroeconómicos identificados.

Gráfico II.4.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em percentagem



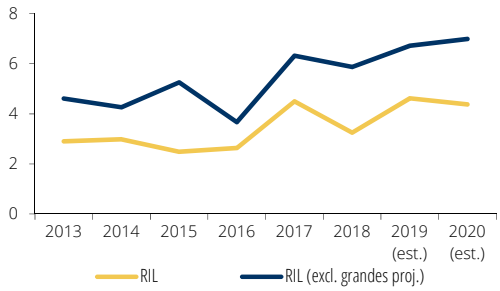
A inflação permaneceu estável entre janeiro de 2018 e dezembro de 2020. Nota-se a subida da inflação no primeiro semestre de 2021, com a taxa de variação homóloga a atingir 5,5% em junho de 2021.

Gráfico II.4.3 • Balança de pagamentos | Em percentagem do PIB



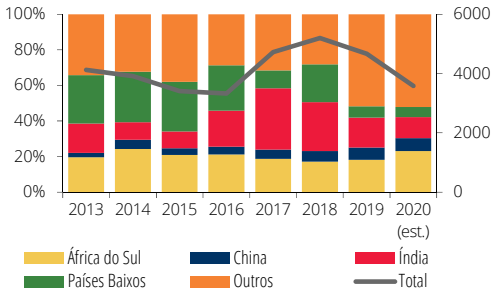
Em 2020, a balança corrente foi penalizada pela deterioração da balança comercial e pelo acréscimo dos encargos com a dívida externa. O saldo da balança global foi insuficiente para suprir o défice da balança corrente.

Gráfico II.4.4 • Reservas cambiais | Em meses de importações de bens e serviços



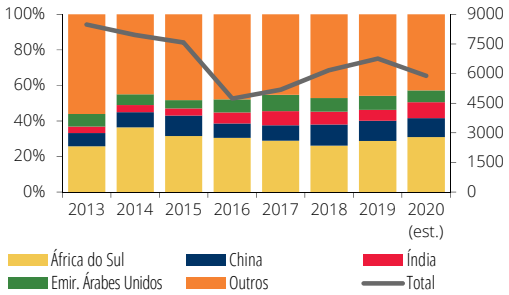
As reservas internacionais brutas permaneciam em níveis confortáveis no final de 2020, ascendendo a cerca de 7 meses de importações, excluindo grandes projetos.

Gráfico II.4.5 • Exportações de mercadorias | Destinos em percentagem, total em milhões de USD



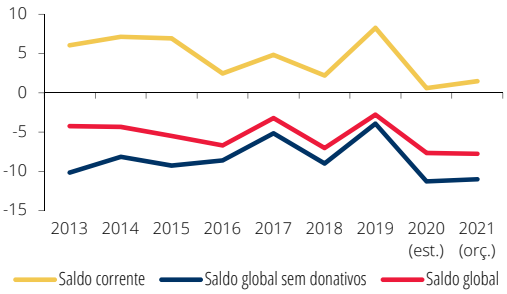
Em 2020 as exportações de bens diminuíram 23,1%, devido à queda dos volumes transacionados e dos preços (em particular, nos produtos da indústria extrativa e transformadora). A África do Sul e a Índia permaneceram como principais destinos.

Gráfico II.4.6 • Importações de mercadorias | Origens em percentagem, total em milhões de USD



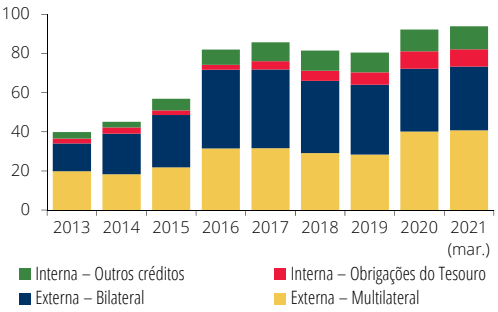
As importações de bens decresceram 12,9% em 2020, com destaque para os bens intermédios e de capital, devido à contração da atividade económica. A África do Sul e a China foram origens de cerca de 40% das importações.

Gráfico II.4.7 • Saldos orçamentais | Em percentagem do PIB



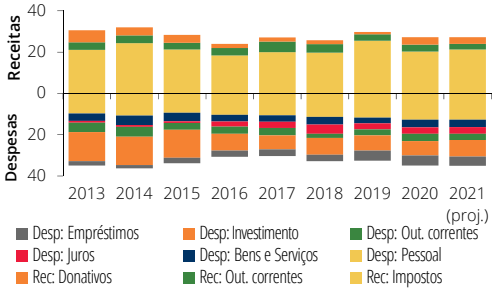
A pandemia ditou uma quebra acentuada das receitas e um ligeiro acréscimo das despesas, explicando a deterioração saldo orçamental corrente em 2020. Os donativos externos deverão permitir a estabilização do saldo global em 2021 (3,2% do PIB).

Gráfico II.4.8 • Dívida pública | Em percentagem do PIB



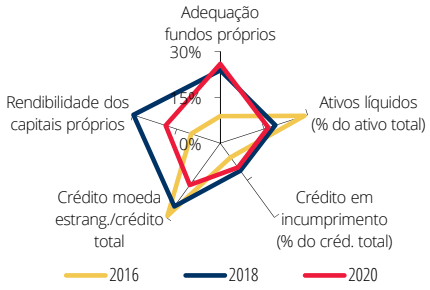
O setor bancário manteve níveis adequados de solvabilidade, liquidez e rendibilidade em 2020. Sublinha-se a trajetória descendente da rendibilidade do setor entre 2018 e 2020.

Gráfico II.4.9 • Receitas e despesas públicas | Em percentagem do PIB



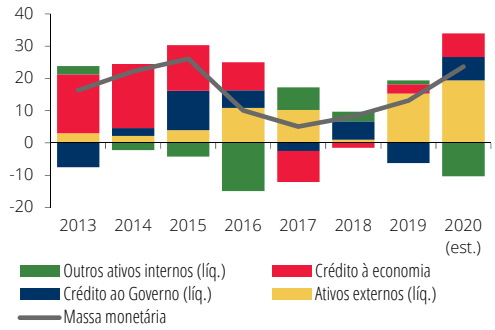
À semelhança de 2020, as contas públicas continuarão influenciadas pelo impacto da pandemia sobre as receitas e as despesas públicas em 2021, bem como pelas despesas com defesa e segurança.

Gráfico II.4.10 • Indicadores de estabilidade financeira



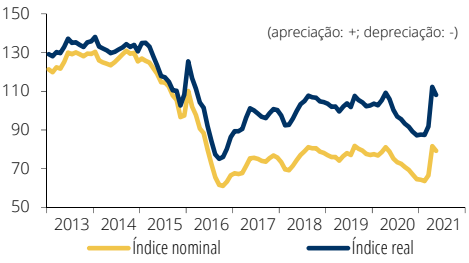
A recessão prolongada, a elevada inflação e a depreciação cambial pressionaram a qualidade dos ativos. A quebra no rácio de capital em 2020 refletiu sobretudo as pedras registadas no maior banco público.

Gráfico II.4.11 • Fatores de variação da liquidez | Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária



A expansão monetária em 2020 ficou a dever-se ao aumento do crédito à economia e ao governo num contexto de pandemia, com os ativos externos líquidos a registarem um ligeiro acréscimo face a 2020.

Gráfico II.4.12 • Taxas de câmbio efetivas | Índices base 100: 2010, médias mensais



A taxa de câmbio média efetiva do metical depreciou-se em 2020 (16 pp, em termos reais). Num contexto de volatilidade no mercado cambial, em maio de 2021, o metical encontrava-se ligeiramente apreciado face aos níveis pré pandemia.

Quadro II.4.1 • Principais indicadores económicos

		2018	2019	2020		2021		
			Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.	
Produto e preços								
PIB nominal	milhões de EUR	12 972	13 700	11 863	11 459	11 594	–	
PIB real	taxa de variação anual	3,4	2,3	-0,5	-1,2	1,6	–	
Produto *per capita*	USD, em PPP[a]	1284	1302	–	1277	–	–	
Inflação (IPC)	taxa variação homóloga	3,5	3,5	4,4	3,5	5,5	5,5	jun.
Inflação (IPC)	taxa de variação média	3,9	2,8	3,6	3,1	5,3	4,2	jun.
Finanças públicas								
Receitas totais	% do PIB	25,8	29,7	25,0	27,2	27,3	–	
Despesas totais	% do PIB	32,8	32,5	28,4	34,9	35,0	–	
Saldo global	% do PIB	-7,0	-2,8	-13,4	-7,7	-7,8	–	
Saldo global (sem donativos)	% do PIB	-9,0	-4,2	-17,4	-11,3	-11,0	–	
Dívida pública	% do PIB	81,4	80,3	–	92,2	–	93,9	mar.
Interna	% do PIB	15,4	16,,3	–	20,1	–	20,7	mar.
Externa	% do PIB	66,0	64,0	–	72,2	–	73,3	mar.
Externa	% das exportações[b]	164	176	–	233	–	–	
Moeda e crédito								
Crédito líquido ao SPA	taxa de variação anual	64,1	-44,6	198,1	112,0	–	21,2	jun.
Crédito à economia	taxa de variação anual	-2,5	-5,0	1,7	15,0	8,4	2,4	jun.
Massa monetária (M3)	taxa de variação anual	8,2	12,1	8,2	23,6	12,1	-0,3	jun.
Taxas de juro[b]								
Passiva, a 1 ano	taxa anual	11,2	8,7	–	6,6	–	7,1	jun.
Ativa, a 1 ano	taxa anual	20,7	21,0	–	18,8	–	20,4	jun.
Taxa diretora (MIMO)	taxa anual	14,6	12,8	–	10,3	–	13,3	jun.
Estabilidade financeira								
Adequação dos fundos próprios[c]	%	23,8	28,8	–	25,9	–	26,2	mar.
Crédito com imparidade/crédito total	%	11,1	10,2	–	9,8	–	9,8	mar.
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	%	29,8	24,9	–	18,7	–	24,3	mar.
Balança de pagamentos								
Balança corrente	% do PIB	-30,3	-19,8	-66,5	-27,1	-68,8	–	
Balança corrente excluindo transferências oficiais	% do PIB	-31,0	-25,8	–	-28,7	–	–	
Reservas oficiais (líquidas)	meses de importações[d]	3,2	4,6	–	5,6	4,4	4,6	mar.
Taxas de câmbio								
EUR/MZM	taxa média	71,2	70,0	–	79,3	–	75,4	jun.
USD/MZM	taxa média	60,3	62,6	–	69,3	–	62,5	jun.
ITCE nominal[e]	taxa de variação anual	2,2	-1,0	–	-12,5	–	14,7	mai.[f]
ITCE real[e]	taxa de variação anual	4,0	-1,8	–	-15,5	–	21,0	mai.[f]

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal. | Notas: (a) Paridade do poder de compra; (b) Exportações de bens e serviços; (c) Capital regulamentar/ativo ponderado pelo risco; (d) Importações de bens e serviços do mesmo ano (ou do ano anterior, no caso de valores intra-anuais); (e) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE) apurado com base nas taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais, com ponderadores variáveis de comércio internacional, considerando exportações e importações de mercadorias; (apreciação: +; depreciação: -); (f) Variação da média mensal de fim do período face a fim de dezembro do ano anterior

5 São Tomé e Príncipe

Área 997 km²
Capital Cidade de São Tomé
População 224 milhares (2021; fonte: Nações Unidas)
Moeda Dobra

A economia de São Tomé e Príncipe apresentou grande resiliência aos efeitos da pandemia de COVID-19, registando uma taxa de crescimento real de 3,0% em 2020. Com esta evolução e, contrariando as expetativas iniciais, São Tomé e Príncipe foi uma das poucas economias da África subsaariana a registar um crescimento positivo no ano findo.

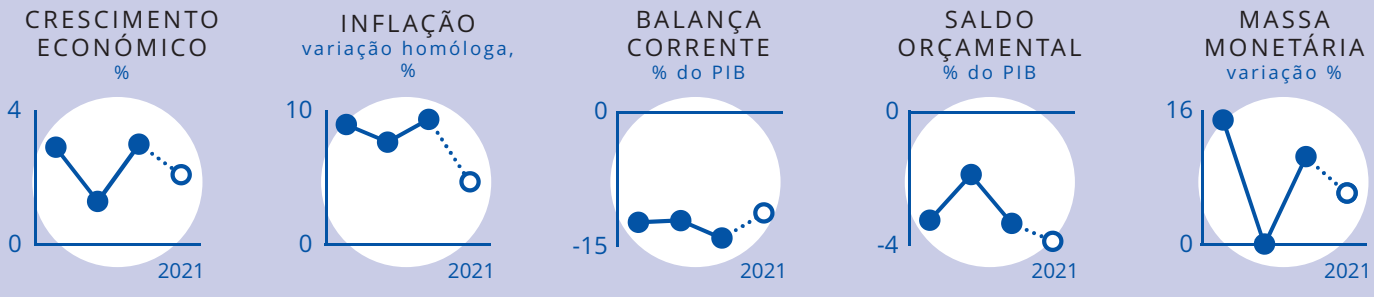
Beneficiando de recursos financeiros disponibilizados por instituições internacionais, as despesas públicas aumentaram, com a introdução de medidas como o aumento do número de funcionários nos setores da saúde e da educação, transferências pecuniárias e em espécie para as famílias mais vulneráveis e para as empresas, aceleração de projetos de investimento público, entre outras. Estas medidas permitiram compensar a forte queda no setor do turismo.

Em 2021, a introdução prevista do IVA, a atualização da estrutura fiscal e a maior eficácia da coleta permitirão potenciar a arrecadação de receitas.

A inflação agravou-se durante 2020 mas abrandou no início de 2021, subsistindo, no entanto, riscos de agravamento do preço internacional do petróleo e da generalidade dos bens alimentares.

O sistema bancário mantém fragilidades mas o encerramento nos últimos anos de três instituições permitiu melhorar o nível de rendibilidade global, ainda que prevalecendo elevado o crédito em incumprimento. O banco central tem desenvolvido uma política ativa de contenção do excesso de liquidez. As contas externas apresentam vulnerabilidades estruturais, no entanto os fluxos de financiamento provenientes de instituições internacionais permitiram mitigar as dificuldades de curto prazo.

Em agosto de 2021 foi concluída com sucesso a terceira avaliação do programa celebrado com o FMI em 2019, com a duração de 3 anos, no âmbito da *Extended Credit Facility* (ECF). As metas dos principais indicadores relativos às finanças públicas superaram os valores acordados.



A economia de São Tomé e Príncipe surpreendeu pela positiva em 2020. Ao contrário das previsões formuladas ao longo do ano, conseguiu mitigar as consequências negativas da pandemia e das medidas de contenção implementadas (como restrições à circulação e encerramento de mercados) registando um **crescimento** de 3,0%, o valor mais elevado dos últimos três anos.

Este comportamento é particularmente relevante dado que o setor do turismo, desde 2014 um dos principais esteios da economia santomense, foi duramente afetado a partir de março de 2020, com a supressão das ligações aéreas, posteriormente restabelecidas com grandes limitações. Outras pequenas economias insulares africanas igualmente dependentes do turismo registaram decréscimos elevados do produto. A não recuperação do turismo deverá reduzir a taxa de crescimento da economia em 2021, esperando-se porém que continue positiva.

A resiliência da economia santomense ficou muito a dever à capacidade das autoridades para implementar medidas de mitigação dos efeitos da crise: novas contratações de pessoal na área da saúde e da educação (para permitir o desdobramento de turmas, reduzindo os riscos de contágio), atribuição de subsídios pecuniários e em espécie às famílias mais vulneráveis, comparticipação nos custos laborais de empresas que mantivessem o emprego, moratórias no pagamento de impostos e outras obrigações, alargamento do programa de investimentos públicos, nomeadamente em construção de escolas e na rede viária, entre outras.

A implementação destas medidas beneficiou de recursos financeiros de dimensão apreciável, disponibilizados por instituições internacionais (FMI, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e União Europeia), e beneficiou de iniciativas como a *Debt Service Suspension Initiative* (DSSI). Dada a reduzida dimensão geográfica e populacional do país, a utilização desses fundos permitiu alcançar objetivos de difícil concretização em países de maior escala. As menores restrições da tesouraria do Estado permitiram proceder à regularização de um volume significativo de atrasados internos, processo que possibilitou a injeção de liquidez no tecido empresarial.

Em 2020 verificou-se o recrudescimento da **inflação**, que se aproximou dos dois dígitos, devido a constrangimentos decorrentes da pandemia na produção e distribuição de bens fundamentais para o cabaz de compra das famílias santomenses, como o peixe e os legumes. O comportamento da inflação começou a inverter-se no último trimestre de 2020, mas o prolongamento da tendência estará dependente do comportamento dos preços internacionais do petróleo e dos bens alimentares, cruciais num país que importa uma fração particularmente elevada dos bens de consumo.

Outro fator de risco reside na insustentabilidade das despesas públicas ao nível presente: embora muitas das medidas implementadas em 2020 possam ser revertidas, outras, como o aumento do valor global dos vencimentos na função pública, tenderão a perpetuar-se. A receita poderá não acompanhar a despesa, ainda que a primeira tenha revelado uma evolução favorável em 2020. Ao contrário das expetativas existentes, registaram-se aumentos significativos na arrecadação de impostos (nomeadamente indiretos), fruto das reformas implementadas no final de 2019 (agravamento das taxas sobre determinados produtos) e de maior eficácia na sua cobrança. A perspetiva da implementação do IVA até ao final de 2021 e a modernização administrativa da área tributária irão beneficiar das medidas implementadas de redução da informalidade na economia, processo fundamental para a logística da concessão dos benefícios às famílias e às empresas visando a mitigação dos efeitos da pandemia.

O **défice orçamental** primário interno registou um agravamento de 1,8% para 3,2% do PIB, mesmo assim muito aquém das projeções revistas no âmbito do programa do FMI ao abrigo da ECF, que apontavam para um défice superior a 6% do PIB. Este resultado foi possível devido ao bom comportamento das receitas e a fortes restrições na autorização das novas despesas que não se enquadrassem de uma forma clara no âmbito do combate à pandemia.

Apesar dos empréstimos recebidos em 2020, o rácio da **dívida pública externa** face ao PIB não se agravou, devido ao crescimento nominal do produto, tendo o serviço da dívida sido aliviado em consequência da iniciativa DSSI, a que aderiram alguns dos principais credores bilaterais, como Portugal.

A vulnerabilidade externa acentuou-se com o colapso das receitas do turismo, que provocou um défice na balança de serviços, algo que não se verificava desde 2014. Consequentemente acentuou-se o défice da **balança corrente** para cerca de 14% do PIB. No entanto, a entrada de fundos disponibilizados pelas instituições internacionais permitiu evitar uma situação crítica da balança de pagamentos que pudesse pôr em causa a manutenção do regime cambial de paridade fixa face ao euro, em vigor desde 2010.

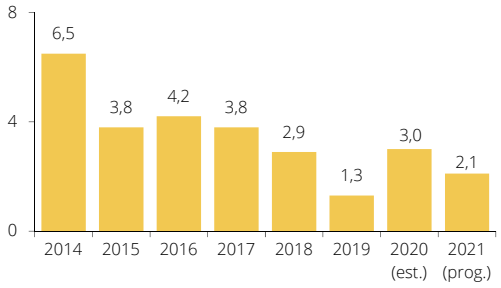
Os fluxos comerciais (mercadorias) registaram em 2020 níveis idênticos aos do ano anterior, a nível das exportações e das importações, embora neste último caso tenha havido uma significativa recomposição: a fatura das importações de combustíveis baixou significativamente (fruto da queda do preço do petróleo a partir do primeiro trimestre de 2020), tendo subido o valor das importações de bens de consumo e de investimento.

Os Países Baixos absorvem cerca de 50% das exportações santomenses, uma vez que, além das tradicionais compras de cacau, são igualmente o destino da nova produção de óleo de palma. Do lado das importações, Portugal reforçou o papel de principal fornecedor (cerca de 53%), enquanto Angola viu a sua quota de mercado cair para metade (de 22 para 11%) em resultado da queda do preço internacional do petróleo e de dificuldades de natureza comercial.

O setor bancário continuou confrontado com os problemas estruturais decorrentes da pequena dimensão do mercado, da sobredimensão do setor (apesar do encerramento de três das oito instituições nos últimos anos), da escassez de oportunidades de concessão de crédito com risco aceitável, de consideráveis custos operacionais de funcionamento e de um elevado nível de crédito em situação de incumprimento (cerca de 30%). Apesar destes fatores e de em 2020 as autoridades bancárias terem imposto limites máximos para o valor das comissões praticadas em operações bancárias (para facilitar a bancarização num contexto de pandemia), a rendibilidade do setor apresentou uma melhoria. Essa evolução positiva estará ligada ao encerramento das três instituições e ao facto da generalidade do crédito em incumprimento estar já devidamente provisionado.

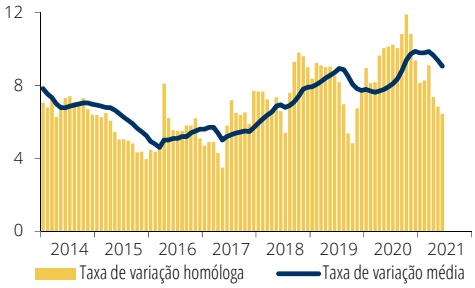
A estagnação do crédito tem contribuído para o excesso de liquidez do **sistema bancário**. O banco central tem procurado gerir este excesso através de alterações na taxa de reservas legais e novas regras no processo de emissão de bilhetes do Tesouro (nomeadamente para que a determinação da respetiva taxa de juro em leilão reflita as condições do mercado). Mais recentemente a criação de certificados de depósito, emitidos pelo banco central, veio aumentar a disponibilidade e a flexibilidade dos instrumentos de gestão de liquidez.

Gráfico II.5.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em percentagem



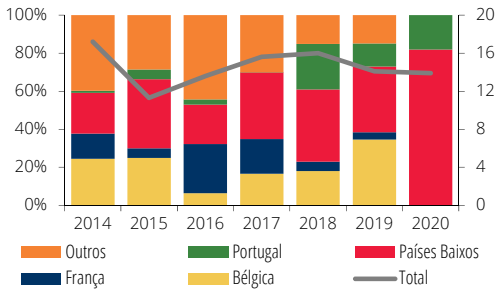
Observou-se um crescimento de 3% do PIB em 2020, beneficiando de um elevado estímulo orçamental que permitiu combater os efeitos da pandemia.

Gráfico II.5.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em percentagem



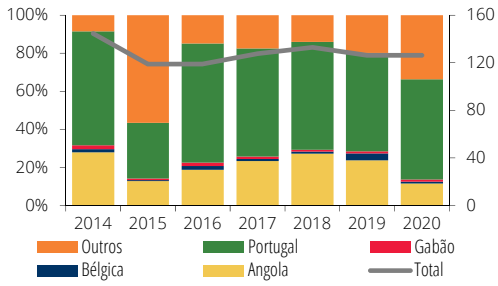
A inflação acentuou-se durante 2020 devido nomeadamente às restrições associadas ao combate à pandemia, mas tem desacelerado nos meses mais recentes.

Gráfico II.5.3 • Exportações de mercadorias | Destinos em percentagem, total em milhões de USD



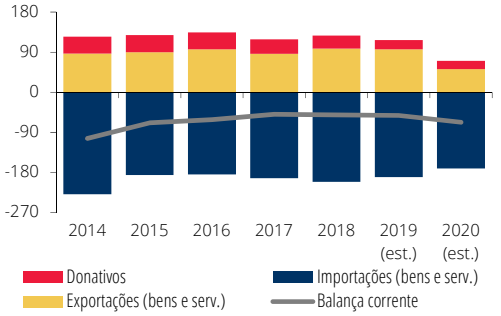
As exportações santomenses mantiveram em 2020 o nível do ano anterior; os Países Baixos acentuaram a primazia, sendo o principal comprador de cacau e de óleo de palma santomenses.

Gráfico II.5.4 • Importações de mercadorias | Origens em percentagem, total em milhões de USD



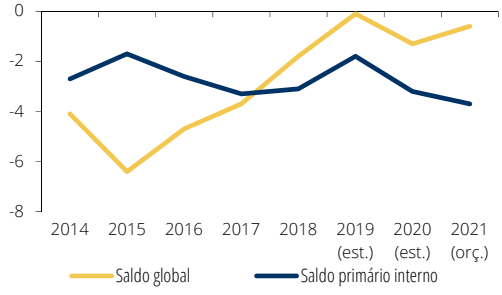
O nível global das importações em 2020 foi semelhante ao do ano anterior, apesar da queda no valor da fatura de combustíveis, que penalizou as compras a Angola.

Gráfico II.5.5 • Balança de pagamentos | Em milhões de USD



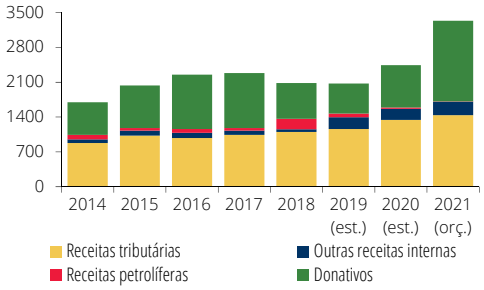
A redução significativa das receitas de turismo contribuiu para a deterioração da balança corrente, apesar da redução das importações de serviços.

Gráfico II.5.6 • Saldos orçamentais | Em percentagem do PIB



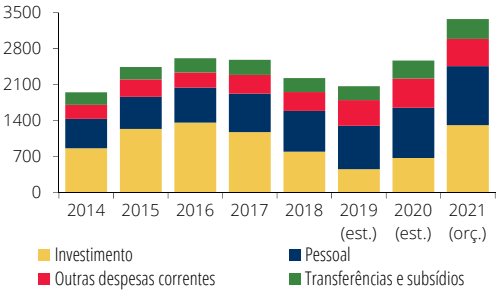
Os saldos orçamentais apresentaram uma deterioração, menos acentuada do que o esperado, resultante das medidas de combate aos efeitos da pandemia.

Gráfico II.5.7 • Receitas públicas | Em milhões de dobras



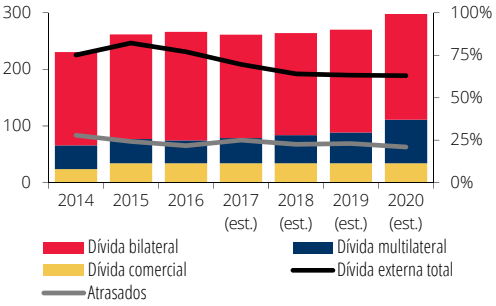
As receitas tributárias beneficiaram das alterações introduzidas no final de 2019 e de uma maior eficácia na arrecadação de impostos. Os donativos aumentaram significativamente face ao ano anterior.

Gráfico II.5.8 • Despesas públicas | Em milhões de dobras



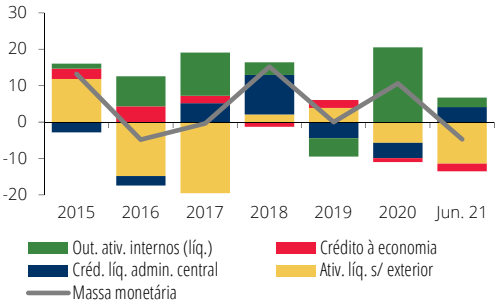
Todas as componentes da despesa, incluindo investimento público, aumentaram face a 2019, fruto das medidas tomadas para combater os efeitos económicos e sociais da crise pandémica.

Gráfico II.5.9 • Dívida pública externa | Em milhões de USD, total e atrasados em percentagem do PIB



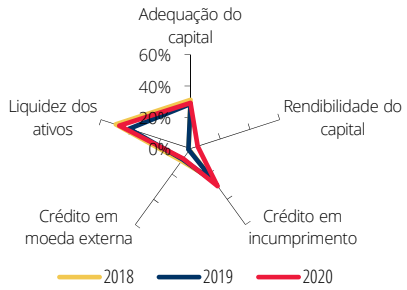
Ainda que aumentando em valor absoluto, a dívida pública externa face ao PIB manteve-se estável. A política de redução de atrasados prosseguiu, apesar das circunstâncias difíceis.

Gráfico II.5.10 • Fatores de variação da liquidez | Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária



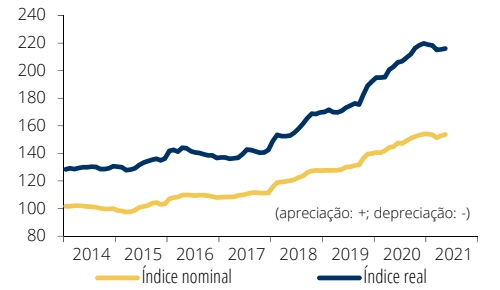
A massa monetária aumentou significativamente, gerando uma situação de excesso de liquide, gerida pelo banco central através da utilização de diferentes instrumentos.

Gráfico II.5.11 • Indicadores de estabilidade financeira



O sistema bancário continua frágil, com um nível de crédito em incumprimento muito elevado. No entanto, registou-se algum ganho de rendibilidade, na sequência do encerramento de três instituições nos últimos anos.

Gráfico II.5.12 • Taxas de câmbio efetivas | Índices base 100: 2010, médias mensais



A desvalorização da moeda angolana é o principal fator de apreciação do índice de taxa de câmbio efetiva em termos nominais. A inflação santomense acentua esse efeito em termos reais, prejudicando a competitividade externa.

Quadro II.5.1 • Principais indicadores económicos

		2018	2019	2020		2021		
			Est.	Prog.	Est.	Prog.[a]	Est.	
Produto e preços								
PIB nominal	milhões de EUR	352	385	366	418	439	–	
PIB real	taxa de variação anual	2,9	1,3	-6,5	3,0	2,1	–	
PIB *per capita*	USD, em PPP[b]	4089	4175	–	4274	–	–	
Inflação (IPC)	taxa variação homóloga	9,0	7,7	9,3	9,4	4,7	6,4	jun.
Inflação (IPC)	taxa de variação média	7,9	7,7	9,9	9,9	5,4	9,1	jun.
Finanças públicas								
Receitas totais	% do PIB	24,1	22,0	28,2	23,8	34,7	–	
Receitas correntes	% do PIB	13,4	14,8	14,5	15,3	17,8	–	
Donativos	% do PIB	8,3	6,4	11,2	8,3	16,9	–	
Despesas totais	% do PIB	26,0	22,1	25,0	25,2	35,4	–	
Despesas correntes	% do PIB	16,6	17,1	20,8	18,5	21,5	–	
Despesas de investimento	% do PIB	9,2	4,8	4,8	6,6	13,6	–	
Saldo primário interno[c]	% do PIB	-3,1	-1,8	-5,3	-3,2	-3,7	–	
Saldo global (base compromissos)	% do PIB	-1,8	-0,1	-1,7	-1,3	-0,6	–	
Dívida pública (inclui dívida garantida)	% do PIB	71,8	90,8	103,0	85,2	87,9	–	
Dívida pública externa	% do PIB	66,8	63,2	68,2	63,0	63,3	–	
Moeda e crédito								
Crédito líquido à administração central	taxa de variação anual	148,0	-145,7	267,4	216,9	-144,5	-153,8	jun.[f]
Crédito à economia	taxa de variação anual	-1,6	0,03	1,9	-1,6	0,0	-3,3	jun.[f]
Massa monetária (M3)	taxa de variação anual	15,2	-0,02	1,2	10,6	6,1	-4,7	jun.[f]
Taxa de juro de referência do BCSTP	taxa anual	9,0	9,0	–	9,0	–	9,0	jul.
Estabilidade financeira								
Adequação dos fundos próprios[d]	%	31,1	28,5	–	29,2	–	29,6	mar.
Crédito com imparidade/crédito total	%	24,6	26,7	–	29,6	–	29,9	mar.
Rendibilidade dos fundos próprios (ROE)	%	-1,1	-1,4	–	4,8	–	3,6	mar.
Balança de pagamentos								
Balança comercial (mercadorias)	% do PIB	-28,1	-26,1	-19,8	-23,5	-23,1	–	
Balança de serviços	% do PIB	3,4	17,6	-28,6	-7,0	-2,7	–	
Balança corrente	% do PIB	-12,3	-12,1	-17,4	-14,1	-11,3	–	
Reservas oficiais	meses de importações[e]	2,2	2,8	3,5	4,3	4,0	2,9	jun.
Taxas de câmbio								
EUR/Dobra	taxa média anual	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	jun.
USD/Dobra	taxa média anual	20,9	22,1	22,0	21,7	20,1	21,9	jun.
ITCE nominal[f]	taxa de variação anual	11,2	7,4	–	11,9	–	-0,3	mai.[g]
ITCE real[f]	taxa de variação anual	14,0	10,9	–	17,1	–	-1,7	mai.[g]

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal. | Notas: (a) Os valores referentes ao ano de 2021 correspondem às previsões acordadas entre as autoridades santomenses e o FMI (relatório ECF de julho de 2021); os valores das finanças públicas correspondem ao Orçamento de 2021; (b) Paridade do poder de compra; (c) O saldo primário interno corresponde ao saldo global (base compromissos) excluindo donativos, receitas petrolíferas, juros da dívida e despesas de investimento financiadas com recursos externos; (d) Capital regulamentar/ativo ponderado pelo risco; (e) Importações de bens e serviços, programados em n-1 para o ano n; (f) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE) apurado com base nas taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais, com ponderadores variáveis de comércio internacional, considerando exportações e importações de mercadorias (apreciação: +; depreciação: -); (g) variação face a dezembro de 2020.

6 Timor-Leste

Área 14 954 Km²

Capital Dili

População 1344 milhares (2021; fonte: Nações Unidas)

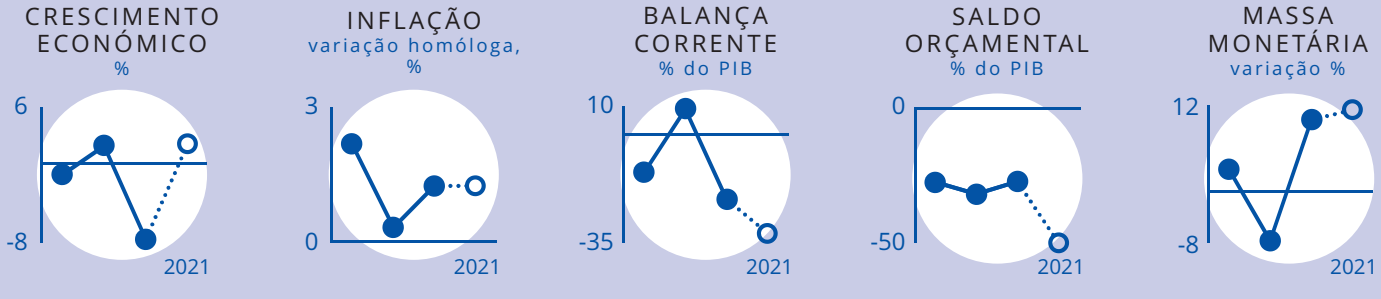
Moeda Dólar norte-americano

A economia timorense em 2020 foi muito afetada pela pandemia de COVID-19, tendo-se confrontado também com medidas de confinamento. As caraterísticas estruturais da economia e da sociedade timorenses, com grandes limitações ao desempenho de trabalho não presencial, repercutiram-se numa retração da atividade económica de 7,6% do PIB em 2020. A recuperação estimada para 2021não deverá exceder 2,0%, já que aos efeitos da pandemia, se vieram acrescentar as consequências das cheias de abril, que destruíram infraestruturas e residências, nomeadamente na capital do país.

A aprovação tardia do orçamento de 2020 (no início do quarto trimestre) também prejudicou a dinâmica da economia, muito dependente do nível de execução das despesas públicas, apesar das medidas tomadas a partir de março para atenuar os efeitos da pandemia (transferências em numerário e em bens para as famílias, apoio às empresas para manutenção do emprego, moratórias do crédito, etc.). Não obstante, a despesa do Estado em 2020 foi inferior à do ano anterior, devido à queda no investimento público.

A inflação, que havia sido baixa em 2020, recrudesceu em 2021, essencialmente fruto dos aumentos dos custos de transporte (efeito da subida do preço dos combustíveis), bem como das novas restrições à circulação e dos aumentos dos preços dos bens alimentares importados.

O sistema bancário continua a ter uma expressão muito reduzida, nomeadamente no domínio do crédito. O Fundo do Petróleo, gerido pelo banco central, registou uma valorização dos seus ativos em 2020 e na primeira metade de 2021, ainda que tenham aumentado as transferências efetuadas para o Tesouro.



A economia de Timor-Leste registou em 2020 um **crescimento** negativo estimado em 7,6%. A contração decorreu sobretudo das medidas restritivas tomadas logo no final do primeiro trimestre para conter a propagação da pandemia de COVID-19, já que o sistema de saúde não estava preparado para se defrontar com uma crise sanitária semelhante à que então se vivia noutros países do continente.

As restrições severas à mobilidade (encerramento de fronteiras, grandes limitações às deslocações internas, imposição rigorosa de regras de confinamento, etc.) tiveram um forte impacto sobre a atividade económica, a qual se reduziu ao mínimo a partir de abril, já que setores relevantes (comércio, restauração, transportes e mesmo a generalidade da administração pública) não estavam preparados para funcionar em regime não presencial.

Adicionalmente, o tradicional estímulo económico decorrente da despesa pública também foi comprometido pelo facto de o orçamento para 2020 só ter sido aprovado no início de outubro do mesmo ano, tendo até então as finanças públicas sido geridas em regime de duodécimos.

Este facto não prejudicou a implementação de medidas de mitigação dos efeitos sociais e económicos da pandemia, já que entretanto foi constituído um fundo, ratificado pelo Parlamento e financiado por transferências do Fundo do Petróleo, para, na ausência de um orçamento aprovado, poder dar cobertura (e transparência) a medidas como o reforço do sistema de saúde, a atribuição de subsídios pecuniários às famílias de menores rendimentos (a grande maioria da população), a distribuição de "cestas básicas" de bens alimentares e de higiene, a constituição de *stocks* de arroz (o bem básico da alimentação), o apoio às empresas para manutenção dos postos de trabalho, entre outras.

No final de 2020, a par do orçamento para 2021, foi aprovado um Plano de Recuperação Económica, com um horizonte de curto e médio prazo, cuja execução tem sido prejudicada pelo agravamento das restrições motivado pela segunda vaga da pandemia em 2021, bem como pela destruição provocada pelas cheias do início de abril, que destruíram casas e infraestruturas, como estradas, pontes e torres de comunicação.

Apesar do acréscimo em algumas rubricas da despesa pública, nomeadamente transferências, associado às referidas medidas, no seu conjunto este agregado não aumentou face a 2019 , com a redução significativa das despesas de investimento. Em 2021, a atempada aprovação do orçamento e a maior eficácia na execução da despesa permitem admitir uma modesta recuperação da economia, estimando-se um crescimento de 2,0%.

A atribuição da "cesta básica" e a comercialização de arroz a preços controlados permitiram manter a **inflação** abaixo de 1% praticamente ao longo de todo o ano de 2020. Em 2021, a subida dos preços dos combustíveis e dos bens alimentares, provocou no primeiro semestre um aumento de preços de dimensão pouco habitual em Timor-Leste, com a taxa de inflação homóloga a elevar-se a 3,6% em junho.

A produção e a comercialização do café, um dos principais bens de exportação, também foram afetadas pelas restrições associadas à pandemia: as vendas ao exterior caíram cerca de um terço, com a ausência de alguns tradicionais compradores, nomeadamente das variedades mais valorizadas. A exploração de petróleo e de gás no Mar de Timor continua a não ser contabilizada no produto e nas exportações de Timor-Leste, situação que poderá ser revista brevemente com a conclusão da definição da fronteira marítima com a Austrália. Esta atividade *off-shore* reflete-se nos rendimentos recebidos do exterior (pagamento de impostos e *royalities* pelas empresas externas que operam nessas explorações) e consequentemente no rendimento nacional de Timor-Leste. Em 2020, tal contribuição foi menos relevante, devido ao efeito conjugado de menor produção (a atual jazida encontra-se quase esgotada) e da queda dos respetivos preços.

Devido à queda das exportações e dos rendimentos recebidos do exterior, a balança corrente voltou a apresentar em 2020 um saldo negativo, apesar da redução das importações observada em bens de capital e combustíveis (neste caso por efeito dos preços).

A gestão das contas públicas foi condicionada pelo regime de duodécimos e pelas despesas extraordinárias relacionadas com a pandemia. À semelhança dos anos anteriores, a taxa de execução foi baixa (cerca de 76%), tendo o défice (em valor absoluto) sido inferior aos dos anos precedentes. O acréscimo das despesas correntes foi mais do que compensado pela redução em 50% das despesas de investimento, fruto dos condicionamentos associados à inexistência de orçamento e da perturbação na atividade regular da administração pública.

As receitas públicas em 2020 mantiveram-se ao mesmo nível do ano anterior. A redução nas receitas internas (fiscais) foi compensada por um maior nível de transferências regulares do Fundo do Petróleo, cujo valor é determinado automaticamente de acordo com a metodologia do "rendimento sustentável estimado" deste Fundo.

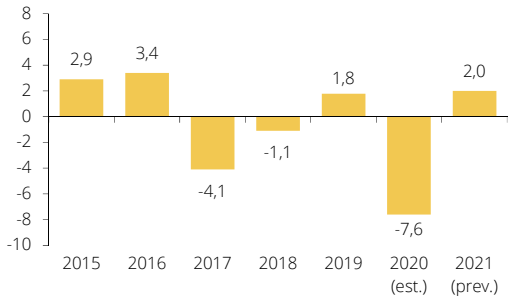
À semelhança dos anos anteriores, o financiamento do défice orçamental foi essencialmente assegurado em 2020 pelas transferências extraordinárias do Fundo do Petróleo que, por excederem o valor do rendimento sustentado estimado da riqueza petrolífera, carecem de aprovação explícita pelo Parlamento. No entanto, em 2020 esse financiamento extraordinário foi inferior ao registado nos anos precedentes (342 milhões de USD em 2020, face a 440 milhões de USD em 2019).

O valor do Fundo do Petróleo em 2020 passou de 17,7 mil milhões de USD para 19,0 mil milhões de USD (11 vezes o valor do PIB), beneficiando da valorização dos seus ativos financeiros, bem como do menor volume de transferências totais para o Tesouro. Este comportamento manteve-se na primeira metade de 2021, ascendendo o valor do Fundo a 19,5 mil milhões de USD no final de junho. Importa, porém, ter em consideração as perspetivas a médio prazo para este Fundo face à evolução do campo petrolífero de *Bayu Undan* (presentemente único em exploração) e da dinâmica de receitas e despesas.

O crédito bancário registou em 2020 um crescimento de cerca de 10% em 2020; no entanto o sistema bancário ainda assume uma expressão económica pouco relevante. Os recursos captados (depósitos) correspondem a cerca de três vezes o volume do crédito concedido, pelo que no balanço dos bancos a maior componente dos ativos são as aplicações no exterior. As limitações de natureza legal, institucional e económica à expansão do crédito são muito significativas e, apesar do crédito em incumprimento ser residual (inferior a 4%), as instituições bancárias têm revelado uma postura conservadora. Desde meados de 2020 está em vigor um regime de moratórias do serviço do crédito e as autoridades implementaram um regime de seguro de crédito, visando facilitar o acesso das empresas ao financiamento bancário.

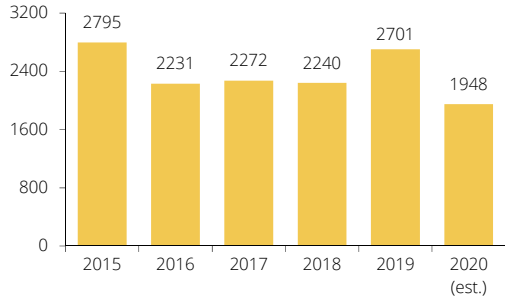
Desde 2001 o dólar norte-americano constitui a moeda oficial de Timor-Leste, sendo a circulação de notas complementada, desde 2003, por moeda metálica nacional, emitida pelo banco central, que apresenta um valor fixo face à moeda americana. A apreciação do USD no segundo trimestre de 2020 veio abalar temporariamente a estabilidade face às moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste (Indonésia, Austrália, China, Singapura), entretanto retomada a partir da segunda metade desse ano. A subida da inflação em Timor-Leste ao longo de 2021 tem provocado uma queda da competitividade externa da economia, avaliada pelo índice de taxa de câmbio efetiva real.

Gráfico II.6.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em percentagem



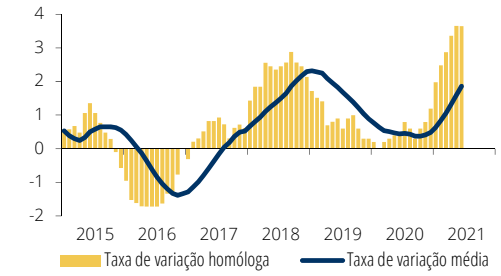
O comportamento da economia em 2020 foi fortemente penalizado pelas medidas restritivas para contenção da pandemia, que condicionaram a generalidade da atividade económica, muito dependente da livre mobilidade das pessoas.

Gráfico II.6.2 • Rendimento nacional | Em milhões de USD



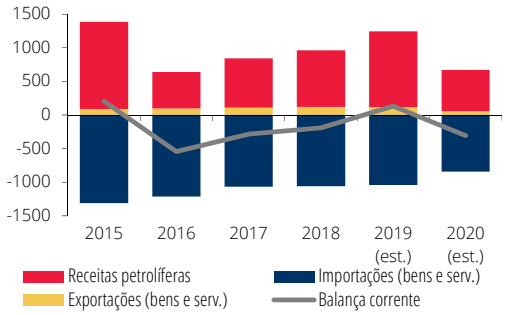
Para além da quebra na atividade económica interna, também a redução nas receitas de exploração do petróleo reduziu o rendimento nacional, que atingiu o nível mais baixo dos últimos anos.

Gráfico II.6.3 • Inflação | Variação anual do IPC, em percentagem



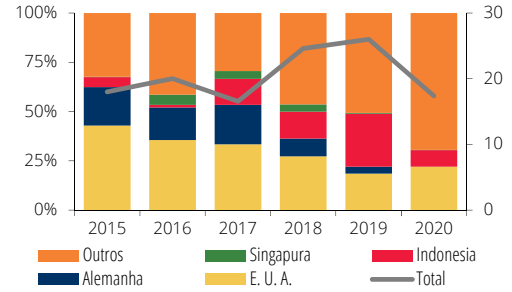
A subida do preço dos combustíveis e dos bens alimentares provocaram um aumento da inflação ao longo do primeiro semestre de 2021, contrastando com a moderação de 2020.

Gráfico II.6.4 • Balança corrente | Em milhões de dólares



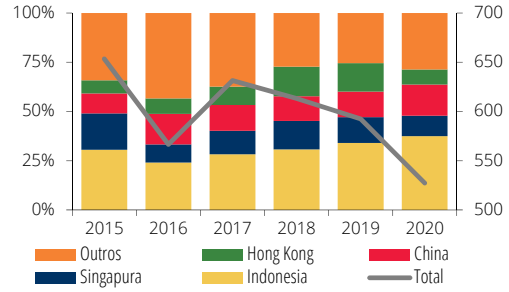
A balança corrente voltou a apresentar um défice em 2020, com uma queda nas receitas petrolíferas (impostos e rendimentos do Fundo do Petróleo) superior à redução das importações.

Gráfico II.6.5 • Exportações de mercadorias | Destinos em percentagem, total em milhões de USD



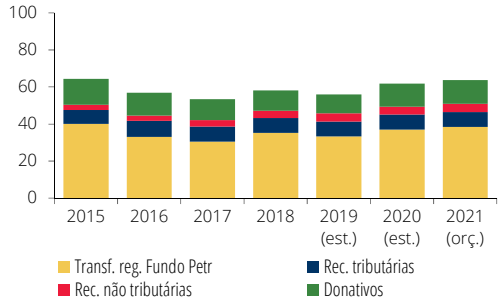
As restrições à mobilidade provocaram uma queda nas exportações de café, praticamente o único bem de exportação de Timor-Leste. Alguns dos tradicionais clientes (Alemanha, Singapura) deixaram de ter expressão em 2020.

Gráfico II.6.6 • Importações de mercadorias | Origens em percentagem, total em milhões de USD



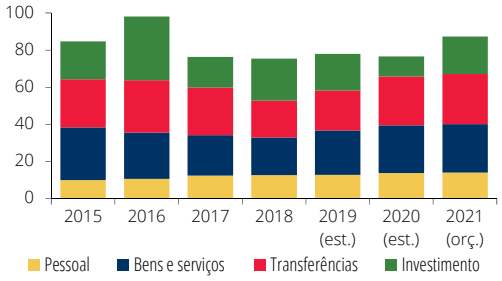
As quedas no investimento (forte indutor das compras ao exterior de bens de construção e equipamento) e no preço dos combustíveis aceleraram a queda das importações, que registaram o valor mais baixo dos últimos oito anos.

Gráfico II.6.7 • Receitas públicas | Em percentagem do PIB



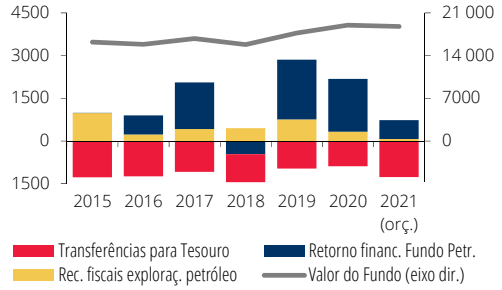
As transferências regulares do Fundo do Petróleo continuam a constituir a principal componente das receitas públicas. Os donativos ganharam maior expressão em 2020.

Gráfico II.6.8 • Despesas públicas | Em percentagem do PIB



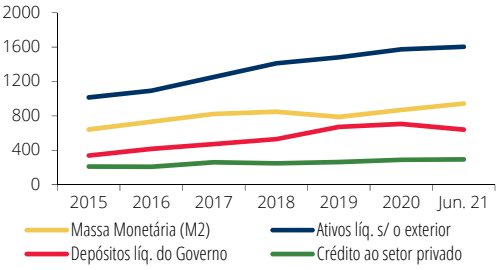
A despesa pública em 2020 ressentiu-se da aprovação tardia do orçamento (nomeadamente a componente do investimento público), apesar do acréscimo das transferências de natureza social.

Gráfico II.6.9 • Fundo do Petróleo | Em milhões de USD



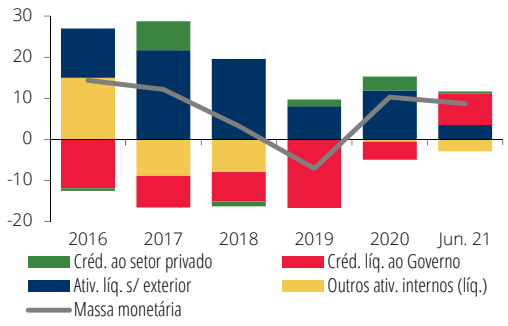
A valorização dos ativos financeiros do Fundo do Petróleo permitiu que este registasse um acréscimo em 2020, apesar da queda nas receitas fiscais pagas pelas empresas petrolíferas.

Gráfico II.6.10 • Agregados monetários | Em milhões de USD



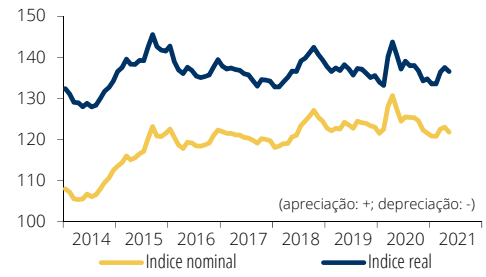
A massa monetária recuperou da redução registada em 2019, para o que contribuiu a normalização dos pagamentos do Estado. O crédito bancário mantém uma reduzida expressão.

Gráfico II.6.11 • Fatores de variação da liquidez | Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária



O crescimento dos ativos líquidos sobre o exterior constituiu o principal fator de crescimento da massa monetária em 2020, apesar de uma modesta retoma do crédito.

Gráfico II.6.12 • Taxas de câmbio efetivas | Índices base 100: 2010, médias mensais



A subida do USD no primeiro semestre de 2020 foi corrigida posteriormente. Já o aumento da inflação em 2021 induziu uma perda de competitividade externa da economia timorense.

Quadro II.6.1 • Principais indicadores económicos

		2018	2019	2020		2021		
			Est.	Prev.	Est.	Prev.	Est.	
Produto, rendimento e preços								
PIB nominal	milhões de USD	1564	1591	1568	1471	1500	–	
PIB real	taxa de variação anual	-1,1	1,8	-6,0	-7,6	2,0	–	
Produto *per capita*	USD, em PPP[a]	3125	3073	–	3356	–	–	
Rendimento Nacional	milhões de USD	2240	2701	2154	1948	1754	–	
Inflação (IPC)	taxa variação homóloga	2,1	0,3	1,0	1,2	1,2	3,6	jun.
Inflação (IPC)	taxa média anual	2,3	0,9	1,0	0,5	0,5	1,9	jun.
Finanças públicas								
Receitas totais	% do PIB	58,3	55,9	57,4	61,9	63,7	–	
Receitas tributárias	% do PIB	8,0	8,1	7,3	8,1	8,1	–	
Receitas não tributárias	% do PIB	4,0	4,4	3,7	4,3	4,5	–	
Transferências regulares do Fundo do Petróleo	% do PIB	35,2	33,2	34,7	37,0	38,4	–	
Donativos para projetos	% do PIB	10,9	10,2	11,7	12,5	12,7	–	
Despesas totais	% do PIB	86,5	88,3	107,2	89,7	113,7	–	
Despesas correntes	% do PIB	53,0	58,3	81,3	66,3	80,8	–	
Despesas de investimento	% do PIB	22,5	19,8	14,2	10,9	20,1	–	
Saldo global	% do PIB	-28,1	-32,4	-49,8	-27,8	-49,9	–	
Receitas petrolíferas[b]	% do PIB	-0,8	179,6	59,2	148,6	48,6	–	
Fundo do Petróleo	mil milhões de USD	15,8	17,7	17,7	19,0	18,8	19,5	jun.
Fundo do Petróleo	% do PIB	1011	1112	1126	1291	1252	1299	jun.
Dívida pública externa	% do PIB	9,1	12,1	16,1	14,8	18,5	–	
Moeda e crédito								
Ativos externos líquidos[c]	taxa de variação anual	12,9	4,8	–	6,3	–	1,9	jun.[d]
Crédito à economia	taxa de variação anual	-3,8	5,5	–	10,1	–	1,4	jun.[d]
Depósitos da administração central (líq.)	taxa de variação anual	12,5	26,5	–	5,1	–	-9,5	jun.[d]
Massa monetária (M2)	taxa de variação anual	3,1	-7,1	–	10,2	–	22,4	jun.[d]
Crédito/depósitos	%	30,1	34,3	–	34,3	–	32,0	jun.
Crédito com imparidade/crédito total	%	15,6	6,2	–	3,4	–	–	
Balança de pagamentos								
Balança corrente	% do PIB	-12,2	8,4	–	-20,9	–	–	
Balança corrente e de capital	% do PIB	-8,9	10,0	–	-20,1	–	–	
Ativos externos públicos[e]	meses de importações[f]	177	212	–	281	–	248	jun.
Taxas de câmbio								
USD/IDR (Indonésia)	taxa média anual	14 232	14 118	–	14 573	–	14 500	jun.
USD/AUD (Austrália)	taxa média anual	1,34	1,44	–	1,45	–	1,31	jun.
ITCE nominal[g]	taxa de variação anual	4,0	-1,1	–	-1,2	–	0,2	mai.[d]
ITCE real[g]	taxa de variação anual	3,9	-2,7	–	-0,6	–	1,3	mai.[d]

Fontes: Banco Central e Ministério das Finanças de Timor-Leste, FMI, Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento e cálculos do Banco de Portugal. | Notas: (a) Paridade do poder de compra; (b) As receitas petrolíferas correspondem às receitas fiscais decorrentes da exploração do petróleo e do gás mais o retorno financeiro do Fundo do Petróleo; (c) Não inclui os ativos do Fundo do Petróleo, que são geridos pelo banco central mas não fazem parte do seu balanço; (d) Variações face a dezembro de 2020; (e) Os ativos externos líquidos públicos correspondem ao somatório do valor das reservas cambiais do banco central com o valor dos ativos do Fundo do Petróleo; (f) Importações de bens e serviços; (g) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE) apurado com base nas taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais, com ponderadores variáveis de comércio internacional, considerando exportações e importações de mercadorias (apreciação: +; depreciação: -).

Caixa 3 • Índice de Taxa de Câmbio Efetiva – revisão da metodologia

A globalização e a crescente participação das economias emergentes e em desenvolvimento no comércio internacional aconselham a uma revisão periódica do peso relativo das moedas e das evoluções dos preços consideradas no cálculo do Índice de Taxa de Câmbio Efetiva (ITCE), de modo a refletir adequadamente a importância das transações comerciais registadas ao longo do tempo. O ITCE resulta da média geométrica ponderada das taxas de câmbio da moeda de um país em relação às moedas de parceiros comerciais selecionados, considerando a importância relativa de cada país no respetivo comércio bilateral.

Esta preocupação esteve subjacente às atualizações das séries do ITCE empreendidas por outras instituições, ao longo dos últimos anos, e está igualmente na origem da atualização da metodologia de cálculo das séries do ITCE – nominal e real – divulgadas no presente relatório e anexos estatísticos.

Nesta revisão foram observados os princípios divulgados pelas principais instituições internacionais, como BCE, Eurostat/Comissão Europeia, BIS e FMI, e atendeu-se à disponibilidade de dados e ao objetivo do exercício.

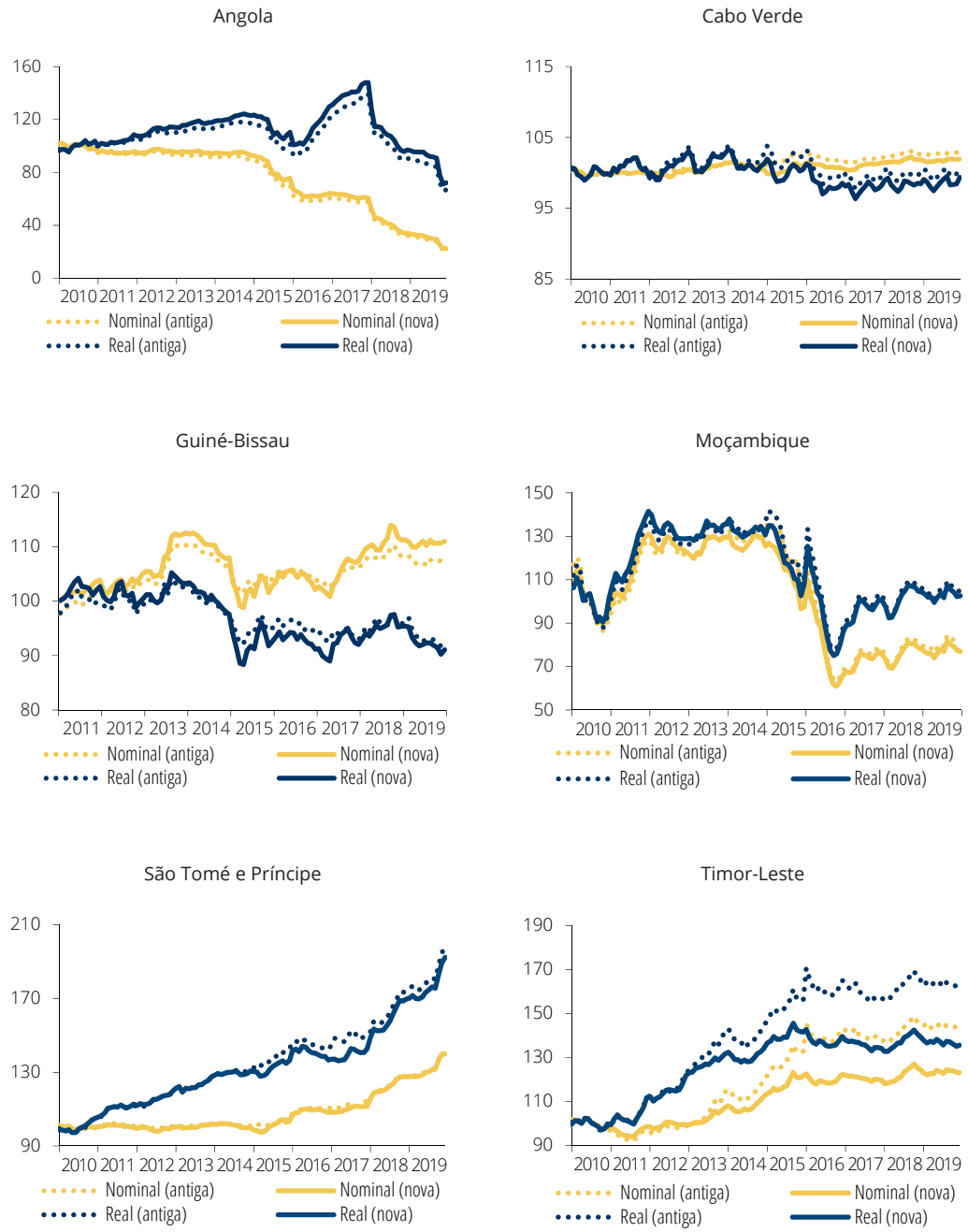
A presente atualização compreende:

- A revisão do método de cálculo dos ponderadores do comércio internacional de mercadorias, tendo por objetivo:
  - Aumentar a cobertura do total de exportações e importações de mercadorias durante o período em análise (concorrem para o cálculo do indicador todos os parceiros comerciais com um peso relativo superior a 2,5% do total de exportações e importações de mercadorias do país/moeda em análise);
  - Incorporar as alterações dos parceiros comerciais utilizando ponderadores variáveis ao longo do tempo; correspondendo ao valor médio do peso relativo do parceiro comercial/moeda no total do comércio internacional em períodos sucessivos de três anos (foram considerados quatro períodos de referência, 2009/2011, 2012/2014, 2015/2017 e 2018/2020);
- A atualização e definição de um ano base da série comum para todos as economias em análise, tendo sido adotado 2010 (=100);
- A identificação de uma fonte única de dados, com recurso à informação divulgada pelo FMI relativa a taxas de câmbio bilaterais nominais, índices de preços no consumidor e fluxos comerciais de mercadorias (sujeita a validação ou atualização com base em informação reportada pelas diversas autoridades nacionais).

As novas séries do ITCE têm um comportamento semelhante ao das séries anteriormente divulgadas, resultando em variações de sinal e magnitude aproximadas, com as diferenças a serem explicadas pela maior abrangência de parceiros comerciais. No entanto, esta revisão metodológica resulta num indicador mais robusto para rastrear as variações do valor da moeda em relação às moedas dos parceiros comerciais (ITCE nominal) ou para avaliar a evolução da competitividade externa da economia (ITCE real). Por um lado, porque alarga o universo de parceiros comerciais considerados, os ponderadores refletem, em média, 80% do comércio internacional de mercadorias para o conjunto dos seis países em análise no período 2009-2020; por outro, porque esta atualização garante a flexibilidade necessária para adaptar automaticamente o indicador às alterações da estrutura do comércio internacional de cada país em momentos diferentes do tempo, refletindo de forma mais precisa as variações de médio e longo prazo.

Apesar das dificuldades inerentes à disponibilidade e qualidade da informação, a presente metodologia poderá, no futuro, permitir a análise de sensibilidade do ITCE à alteração dos fluxos comerciais considerados no cálculo dos ponderadores de comércio internacional, por exemplo, mediante a possível inclusão do comércio internacional de serviços ou da diferenciação do comércio de matérias-primas.

Gráfico C3.1 • Índice de Taxa de Câmbio Efetiva (ITCE) | comparação de metodologias



III Relações económicas e financeiras

1 Relações económicas e financeiras de Portugal com os PALOP e Timor-Leste

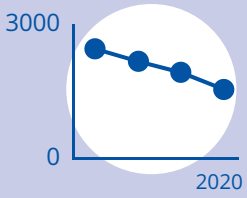
As trocas comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste registaram uma redução em 2020, seguindo a tendência de diminuição do comércio mundial. As importações portuguesas de bens daqueles países diminuíram 61% face a 2019, para 2,8% do total, e as exportações para os PALOP e Timor-Leste mantiveram-se em trajetória descendente, reduzindo-se em 20% e passando a representar 0,6% das exportações portuguesas.

Em 2020, o investimento direto português neste grupo de países registou um valor negativo em termos líquidos. Contudo, o investimento dos PALOP e Timor-Leste em Portugal reforçou o seu saldo positivo, direcionado essencialmente ao setor dos serviços.

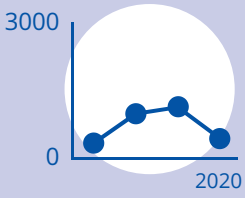
A dívida oficial dos PALOP a Portugal manteve em 2020 a tendência de descida do ano anterior, impulsionada pelas reduções das dívidas de Angola e de Moçambique. O Estado português aderiu à *Debt Service Suspension Initiative*, tendo vindo a proporcionar alívio ao serviço de dívida de alguns destes países, nomeadamente, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Apesar das circunstâncias particulares de 2020, à semelhança dos anos mais recentes, Angola continuou a ser, no universo dos países em apreço, o principal mercado de destino de exportações portuguesas e de origem de importações de bens, sendo igualmente o principal investidor direto estrangeiro e o que apresentou a maior dívida oficial a Portugal.

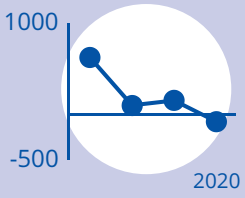
EXPORTAÇÕES PARA OS PALOP E TIMOR-LESTE
milhões de EUR



IMPORTAÇÕES DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE
milhões de EUR



INVESTIMENTO DIRETO NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE
milhões de EUR



DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL
milhões de EUR

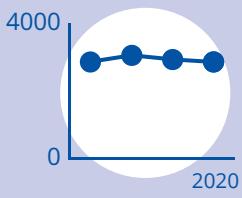
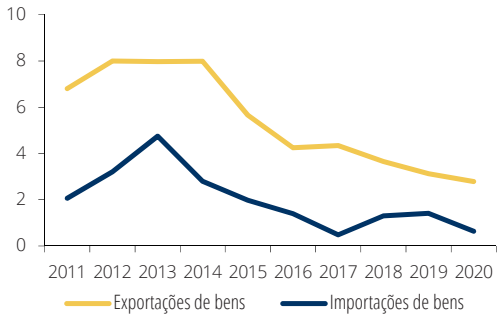
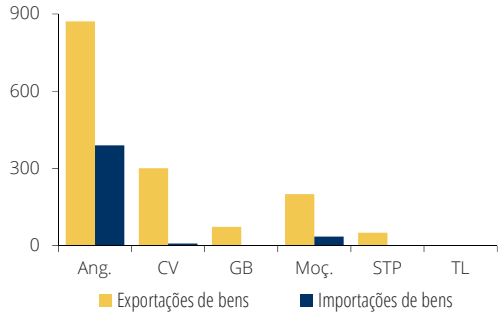


Gráfico III.1.1 • Relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste | Em percentagem do total



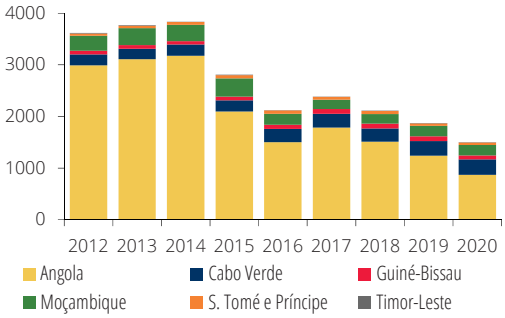
Em 2020, registaram-se quedas do peso das exportações e importações de Portugal para e dos PALOP e Timor-Leste.

Gráfico III.1.2 • Relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste, 2020 | Em milhões de EUR



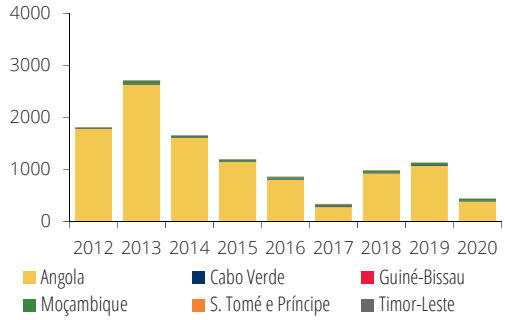
Apesar da redução, Angola destacou-se nas trocas comerciais de Portugal com este conjunto de países em 2020, com 58% das exportações e 89% das importações. A alguma distância seguiram-se Cabo Verde e Moçambique.

Gráfico III.1.3 • Exportações portuguesas de bens para os PALOP e Timor-Leste, por destinos | Em milhões de EUR



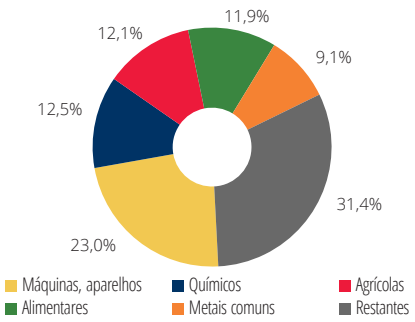
Angola destacou-se como principal mercado das exportações portuguesas, apesar do comportamento descendente desde 2018, o qual tem determinado a evolução do total do agregado.

Gráfico III.1.4 • Importações portuguesas de bens dos PALOP e de Timor-Leste, por origem | Em milhões de EUR



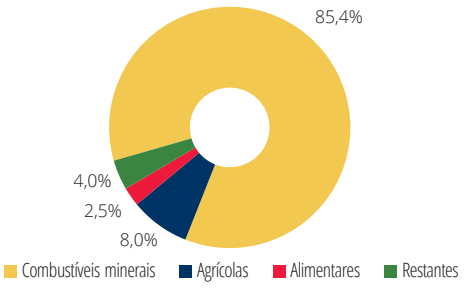
As importações portuguesas de bens dos PALOP e Timor-Leste são claramente dominadas pelos combustíveis angolanos, os quais caíram em 2020, invertendo a trajetória crescente dos dois anos anteriores.

Gráfico III.1.5 • Exportações portuguesas de bens para os PALOP e Timor-Leste, 2020 | Por grupos de produtos



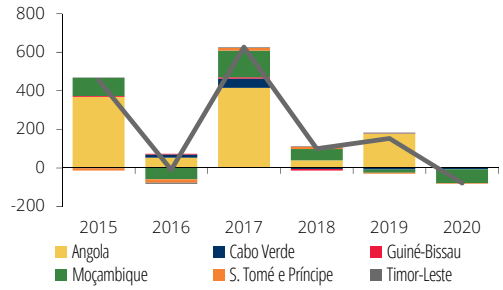
Tal como acontece há mais de uma década, mantiveram-se em 2020 os cinco grupos mais relevantes de produtos exportados por Portugal para os PALOP e Timor-Leste, com uma representação de perto de 70% do total.

Gráfico III.1.6 • Importações portuguesas de bens dos PALOP e de Timor-Leste, 2020 | Por grupos de produtos



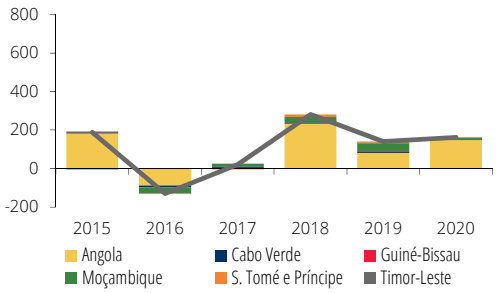
A estrutura setorial das importações portuguesas destes países tem mantido uma elevada estabilidade, liderada pelos combustíveis angolanos e seguidas, em segundo plano, pelos bens agrícolas e alimentares moçambicanos

Gráfico III.1.7 • Investimento direto português nos PALOP e em Timor-Leste | Total e por país, em milhões de EUR



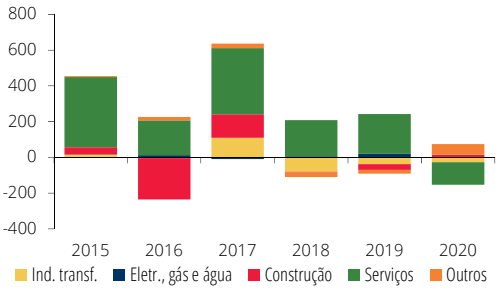
Portugal registou um desinvestimento direto líquido no conjunto dos PALOP e Timor-Leste em 2020, que ocorreu sobretudo em Moçambique.

Gráfico III.1.8 • Investimento direto dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal | Total e por país, em milhões de EUR



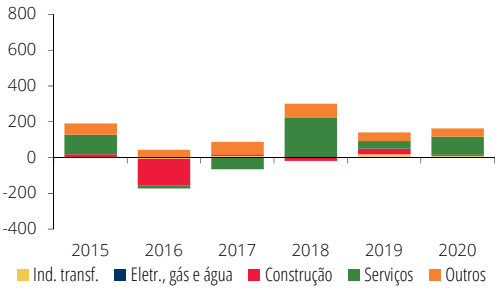
Manteve-se em 2020 o nível de investimento direto dos PALOP e Timor-Leste em Portugal, destacando-se os valores de Angola.

Gráfico III.1.9 • Investimento direto português nos PALOP e em Timor-Leste | Por setor de atividade, em milhões de EUR



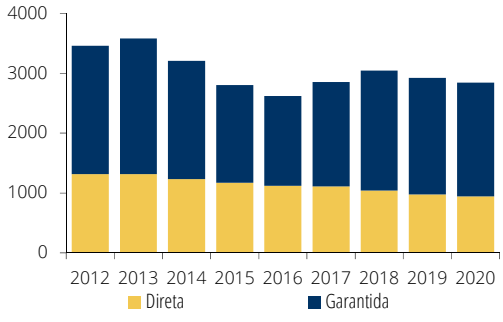
Em 2020, o desinvestimento direto líquido de Portugal nos PALOP e Timor-Leste teve especial incidência nos serviços, incluindo atividades financeiras e de seguros.

Gráfico III.1.10 • Investimento direto dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal | Por setor de atividade, em milhões de EUR



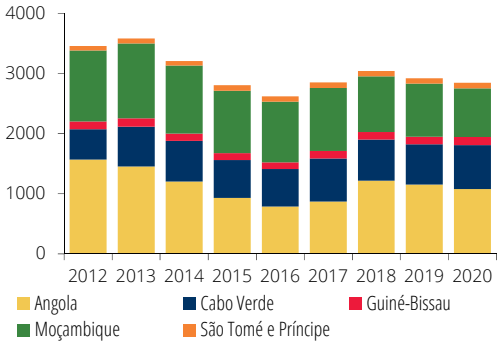
Em 2020, o investimento direto líquido dos PALOP e Timor-Leste em Portugal centrou-se sobretudo no setor dos serviços, indústrias transformadoras e a construção.

Gráfico III.1.11 • Dívida oficial dos PALOP a Portugal | Em milhões de USD



A dívida oficial dos PALOP a Portugal em 2020 manteve a trajetória de descida do ano anterior, conjugando reduções da dívida garantida pelo Estado português e da dívida direta.

Gráfico III.1.12 • Dívida oficial dos PALOP a Portugal | Por país, em milhões de USD



A redução da dívida oficial dos PALOP a Portugal em 2020 deveu-se à diminuição dos montantes relativos a Angola e Moçambique, tendo os restantes países registado aumentos.

Quadro III.1.1 • Principais indicadores (ótica de Portugal) | Em milhões de EUR

	2016	2017	2018	2019	2020
Comércio com os PALOP e Timor-Leste					
Exportações de mercadorias	2125,6	2386,8	2111,9	1870,7	1498,7
Angola	1501,6	1786,2	1512,8	1238,8	871,0
Cabo Verde	258,6	266,8	254,1	284,3	300,9
Guiné-Bissau	78,4	91,2	94,9	91,3	73,4
Moçambique	214,7	180,4	185,8	203,2	199,9
São Tomé e Príncipe	64,1	56,3	59,7	48,8	50,3
Timor-Leste	8,2	5,9	4,6	4,3	3,2
Importações de mercadorias	858,4	336,3	985,0	1130,4	436,7
Angola	809,8	278,9	928,6	1075,5	389,4
Cabo Verde	11,3	14,9	14,3	12,2	8,2
Guiné-Bissau	0,3	0,3	0,6	0,8	1,9
Moçambique	35,9	41,4	40,2	40,7	35,8
São Tomé e Príncipe	0,3	0,4	0,6	0,3	1,2
Timor-Leste	0,9	0,5	0,7	1,0	0,4
Exportações de mercadorias (% do total de Portugal)	4,2	4,3	3,7	3,1	2,8
Importações de mercadorias (% do total de Portugal)	1,4	0,5	1,3	1,4	0,6
Balanças bilaterais com os PALOP e Timor-Leste					
Balança de bens	1329,0	2060,1	1201,8	823,5	1087,0
Balança corrente	3285,5	4374,6	3050,8	2763,3	2293,8
Balança de capital	-27,7	-30,2	-31,0	-35,7	-38,5
Investimento direto estrangeiro					
De Portugal nos PALOP e em Timor-Leste	-9,6	627,0	98,9	152,5	-78,9
Dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal	-129,5	21,2	281,3	140,6	162,2
Dívida oficial dos PALOP a Portugal					
Total	2621,8	2853,2	3042,8	2922,6	2845,9
Angola	786,9	868,8	1218,0	1154,8	1077,7
Cabo Verde	625,0	717,8	683,8	669,5	731,5
Guiné-Bissau	110,4	127,4	123,3	122,5	135,4
Moçambique	1007,8	1044,2	926,6	886,7	807,9
São Tomé e Príncipe	91,8	95,0	91,1	89,0	93,5

Fontes: Instituto Nacional de Estatística – Portugal, Banco de Portugal e Ministério das Finanças – GPEARI.